UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

GABRIEL HENRIQUE MIRANDA SOARES

NA TRILHA DO FORMIGUEIRO: OS CACAIEIROS E A LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (1976-1986)

Porto Velho
2017

GABRIEL HENRIQUE MIRANDA SOARES

NA TRILHA DO FORMIGUEIRO: OS CACAIEIROS E A LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (1976-1986)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História e Estudos Culturais, no Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia-UNIR como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História e Estudos Culturais.

Orientador: Prof.ª Drª Lilian Maria Moser

Linha de pesquisa: Historicidades Amazônicas

Porto Velho

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S676n Soares, Gabriel Henrique Miranda .

Na trilha do formigueiro : os cacaieiros e a luta pela terra no contexto da formação histórica do município de Rolim de Moura (1976-1986) / Gabriel Henrique Miranda Soares. -- Porto Velho, RO, 2017.

103 f. : il.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Lilian Maria Moser

Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.História. 2.Cacaieiros. 3.Luta pela terra. 4.Historicidades Amazônicas. I. Moser, Lilian Maria. II. Título.

CDU 94(811.1)

Bibliotecário(a) Ozelina do Carmo de Carvalho CRB 11/486

GABRIEL HENRIQUE MIRANDA SOARES

COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NA ZONA DA MATA RONDONIENSE: OS CACAIEIROS NO CONTEXTO DA LUTA PELA TERRA E NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ROLIM DE MOURA (1976-1986)

Dissertação apresentada junto a UNIR - Universidade Federal de Rondônia – como requisito para obtenção de título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais

Orientador: Prof.ª Drª Lilian Maria Moser

Linha de Pesquisa: Historicidades Amazônicas

Prof.ª Drª Lilian Maria Moser– UNIR
~~Orientadora~~/ Presidente

Prof.ª Drª. Kátia Cilene do Couto – UFAM
Membro externo

Prof. Dr. Marco Antonio Domingues Teixeira - UNIR
Membro interno

Prof. Dr. Sérgio Luiz de Souza-UNIR
Suplente

Porto Velho
2017

Aos cacaieiros Tio Maurão e Vovô Joaquim Miranda (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

À minha família: Tia Virginia, Márcio, meus irmãos Filipe, Carolina e Clara, por sempre estarem ao meu lado.

À minha mãe, por sua colaboração, atenção e carinho.

Ao meu filho Eduardo por entender os momentos de ausência.

À minha companheira Camila por todo o amor e dedicação em todos os momentos. Principalmente os momentos em que estive distante. Obrigado por segurar a barra!

Aos cacaieiros e seus sonhos!

À minha orientadora, Profª Drª. Lilian Maria Moser, pela paciência com que orientou esta dissertação. Suas intervenções, seus questionamentos e sugestões foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Tributo ao camponês

Surge na paisagem
um camponês de passagem
fitando a fazenda sem fim.
Em seu peito não há paz
É sua convicção que o faz
caminhar decidido assim.
Pra que você entenda
o ódio dele pela fazenda
só sendo pobre enfim.
Solitário, o lavrador avança.
Um cavaleiro contra o castelo
tendo a foice como lança.
Os pistoleiros acham graça
enquanto deslizam cartuchos
pros seus rifles de caça.
Mas o camponês não estava sozinho.
Do horizonte que parecia deserto,
mais pessoas a caminho.
O sorriso do capataz,
agora então se desfaz.
O ímpeto do povo
que derrubou grades e portões,
fez cair também
os jagunços valentões.
Chega a polícia e seus pelotões
cujas fardas camufladas
só não camuflam as intenções.
Mas o camponês que enfrenta
malária e onça parda,
não tem medo de bicho
nem de jagunço de farda.
A terra que antes fôra
prostituída pelo fazendeiro,
volta agora as mãos do povo
seu destino verdadeiro.
Dela agora brotam lares
alimentos e esperança.
Porque não é questão de esperar,
quem luta é quem sempre alcança.

Carlos Latuff

RESUMO

SOARES, Gabriel Henrique Miranda. *Na trilha do formigueiro: os cacaieiros e a luta pela terra no contexto da formação histórica do município de Rolim de Moura (1976-1986)*. 2017. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

O presente trabalho é resultado de pesquisa sobre os camponeses migrantes denominados cacaieiros, sujeitos históricos que deixaram suas marcas no contexto da colonização dirigida em Rondônia. O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar as contribuições dos cacaieiros na formação histórica do município de Rolim de Moura no contexto da luta pela terra em Rondônia. Trata especificamente do processo de colonização e migração da região da Zona da Mata rondoniense e o papel dos camponeses cacaieiros no processo de formação sociocultural do município de Rolim de Moura. Discute o processo de colonização, migração e luta pela em Rondônia durante as décadas de 1970 a 1980, onde os projetos de colonização atraíram milhares de migrantes das mais diversas origens para o Território de Rondônia, relacionando os cacaieiros como os verdadeiros pioneiros na dura tarefa de enfrentar a floresta e suas adversidades. Os cacaieiros vieram de várias regiões do país e possuíam um objetivo comum: a conquista da terra. O processo de colonização de Rondônia, assim como da Amazônia está estritamente ligada à questão agrária no País, onde a luta pela terra e os interesses do capital se confrontam e geram graves conflitos. Os cacaieiros são agentes ativos desse processo de luta pela terra e por meio de suas experiências transformaram o espaço territorial. Utilizou-se como aporte teórico o método do materialismo histórico-dialético a partir de suas categorias de totalidade, contradição e práxis. A coleta de dados teve como método entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas, além de pesquisa bibliográfica e documental. Os relatos dos cacaieiros revelam como se deu a colonização de fato da região estudada, os caminhos que percorriam em sua saga na busca pela terra, suas dificuldades, sonhos, objetivos, produção, assim como seu papel de pioneiros na formação histórica do município de Rolim de Moura.

Palavras-chave: História – Cacaieiros – Luta pela terra – Historicidades Amazônicas

ABSTRACT

SOARES, Gabriel Henrique Miranda. *On the anthill trail: the cacaieiros trees and the struggle for land in the context of the historical formation of the municipality of Rolim de Moura (1976-1986).* 2017.. Dissertation (Post-Graduate Program in History and Cultural Studies) - Federal University of Rondônia, Porto Velho, 2017.

The present work is the result of research on the migrant peasants known as cacaieiros, historical subjects that left their marks in the context of the colonization directed in Rondônia. The objective of the research was to identify and analyze the contributions of the cacao farmers in the historical formation of the municipality of Rolim de Moura in the context of the struggle for land in Rondônia. It deals specifically with the process of colonization and migration in the region of the Zona da Mata rondoniense and the role of the cacao peasants in the socio-cultural formation process of the municipality of Rolim de Moura. It discusses the process of colonization, migration and struggle in Rondônia during the 1970s to 1980s, where colonization projects attracted thousands of migrants from the most diverse origins to the Territory of Rondônia, linking the cacao farmers as the true pioneers in the hard task of facing the forest and its adversities. The cacao farmers came from various regions of the country and had a common goal: the conquest of land. The process of colonization in Rondônia, as well as in the Amazon, is strictly linked to the agrarian question in the country, where the struggle for land and the interests of capital are confronted and generate serious conflicts. Cacao farmers are active agents of this process of struggle for land and through their experiences have transformed the territorial space. The method of historical-dialectical materialism was used as a theoretical contribution from its categories of totality, contradiction and praxis. Data collection was based on individual and collective semi-structured interviews, as well as bibliographic and documentary research. The reports of the cacao growers reveal how the colonization of the region in fact occurred, the paths they traveled in their saga in the search for land, their difficulties, dreams, objectives, production, as well as their role as pioneer in the historical formation of the municipality of Rolim de Moura.

Keywords: History - Cacaieiros - Struggle for land - Amazonian Historicities

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E IMAGENS

QUADRO 1 – Estrutura fundiária do Estado de Rondônia
QUADRO 2 – Projetos Integrados de Colonização
QUADRO 3 – Colonização pública em Rondônia/Projetos do INCRA
QUADRO 4 – População recenseada
QUADRO 5 – População de Rolim de Moura

GRÁFICO 1 – Ocupação da área territorial
GRÁFICO 2 – Distribuição Fundiária
GRÁFICO 3 – Evolução populacional de Rolim de Moura

IMAGEM 1 – Mapa do atual município de Rolim de Moura
IMAGEM 2 – Dom Antônio Rolim de Moura Tavares
IMAGEM 3 – Limites do município de Rolim de Moura
IMAGEM 4 – Rota dos cacaieiros

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ESG	Escola Superior de Guerra
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatistica
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agraria
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto nacional de desenvolvimento agrário
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária
NUAR	Núcleos Urbanos de Apoio Rural
PA	Projetos de Assentamento
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PAR	Projetos de Assentamento Rápido
PIN	Plano de Integração Nacional
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PL	Projeto de Lei
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
1. OS CAMINHOS DA PESQUISA 16
1.1. As abordagens metodológicas 16
1.2. O campo de pesquisa e seus procedimentos 17
1.3. A análise das fontes e dos Resultados da pesquisa 19
2. COLONIZAÇÃO E LUTA PELA TERRA EM RONDONIA (1970-1980) 22
2.1. A questão agrária brasileira 22
2.2 A concentração fundiária 25
2.3 Rondônia: Colonização e Contrarreforma Agrária 31
2.4 Políticas de Estado para a Colonização Dirigida de Rondônia 38
3. OS CACAIEIROS E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ROLIM DE MOURA 58
3.1 O PIC Gy-Paraná e a formação do espaço territorial do município de Rolim de Moura 59
3.2. Rolim de Moura: a capital da Zona da Mata de Rondônia 65
4. NA TRILHA DO FORMIGUEIRO: OS CACAIEIROS EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA 68
4.1 A rota do cacaio 71
4.2 A fábrica de viúvas 80
4.3. Os cacaios chegam a Rolim de Moura: cotidiano, lazer e violência 85
4.4 As Mulheres cacaieiras 89
CONSIDERAÇÕES FINAIS 94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 97

INTRODUÇÃO

Os diferentes dicionários de língua portuguesa definem cacaio como um alforje que se carrega às costas com tiras presas aos braços. O cacaio de que falamos é um saco resistente de estopa ou de fios sintéticos de plástico. Após ser enchido, se amarra a “boca” do saco com barbante na parte superior de uma calça velha. As pernas da calça são amarradas as duas extremidades inferior do saco, formando alças, como as de mochilas. Os cacaios serviam para transportar a carga que continha roupas, alimentos, produtos de higiene e outras utilidades para sobrevivência na floresta.

Os cacaieiros eram em sua maioria migrantes que adentravam a floresta com seus cacaios caminhando por longas distâncias a pé para chegar a seus lotes, a procura de novas oportunidades. Eram cacaios imensos, com mantimentos para 15, 20 ou 30 dias. Todos eles têm uma história parecida. Eram camponeses que chegavam em busca de terra e melhores condições de vida do que tinham em seus locais de origem. Esses cacaieiros são os primeiros a desbravar a floresta e colonizar de fato a região da Zona da Mata de Rondônia, em especial onde se encontra o município de Rolim de Moura.

Portanto, relacionamos a importância do cacaieiro como sujeito histórico que a partir de suas experiências ocuparam e construíram o município de Rolim de Moura. Como na maioria dos municípios do Brasil, há uma relação de pioneiros homenageados como os primeiros. Os Cacaieiros de forma geral são caracterizados como pioneiros. Alguns até aparecem na galeria dos pioneiros em Rolim de Moura. Mas afinal que conceito é esse? O que é ser um pioneiro? O cacaieiro foi realmente pioneiro?

Pioneiro é a palavra usada para descrever alguém que é o primeiro a abrir caminho através de uma região, um precursor, um desbravador do sertão ou descobridor. Nos Estados Unidos da América, os colonizadores do norte do continente americano eram conhecidos como pioneiros. A palavra pioneiro se aplica também para designar um soldado que se adianta no terreno para conseguir informação sobre o caminho para o resto do esquadrão. Para Waibel (1979), o pioneiro de fato não é aquele que garante a expansão da ocupação do território, mas aquele que faz nele intensivamente a agricultura.

> O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...). Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. (...) Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, um espírito de arrojo e de otimismo invade a população. (WAIBEL, 1979, pp. 281-282).

Foi exatamente isso que fizeram os cacaieiros, além de expandir espacialmente o povoamento, criando uma zona pioneira. Eles transformaram a mata virgem numa paisagem cultural garantindo a alimentação de todos os que viviam ali, inclusive o núcleo urbano que surgiu de suas ações. No processo de ocupação da fronteira agrícola pelos camponeses na colonização se aplica o conceito de “frente de expansão”, caracterizada por uma ocupação de terra baseada em relações não capitalistas sem apego a dinheiro (MARTINS, 1997).

Os cacaieiros podem ser caraterizados como sujeitos da frente de expansão ao se apropriarem de terras devolutas em busca de sua própria subsistência por meio da agricultura familiar. O espaço agrário foi se modificando na medida em que o INCRA foi demarcando e oficializando as posses com a titulação dos lotes. Esse processo arrastou comerciantes, madeireiros, pecuaristas, com uma visão mercadológica, fundamentada no lucro e na exploração da natureza e do homem, chamada de “frente pioneira”. Frente Pioneira é definida por Martins (1997, p. 45) como aquela que “(...) exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, momento em que o controle da economia pelos capitalistas gerava valor monetário à terra.

Em Rolim de Moura, a frente pioneira avança, logo após, a frente de expansão. Logo que os camponeses começaram a produzir, chegaram as cerealistas para comprar seus produtos a um baixíssimo preço, já que estes não possuíam condições de escoamento da produção para as cidades maiores como Cacoal, Vila de Rondônia (atual Ji-Paraná) e Pimenta Bueno. Chegaram, ainda, os madeireiros ávidos por lucro.

Assim, surgem novos sujeitos, os cacaieiros, que foram os pioneiros desse processo e ainda mantem a memória viva e buscam o seu reconhecimento e sua importância de protagonistas na construção histórica.

> Ao rememorar a história de gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente explorar uma dimensão desconhecida do passado (HOBSBAWN, 1998, pg.219).

Nessa trajetória dos migrantes cacaieiros observamos um fenômeno que buscamos compreender: os cacaieiros e sua inserção na luta pela terra. Dessa forma, buscamos relacionar o cacaieiro e suas experiências, como um dos fatores decisivos na consolidação da colonização da Zona da Mata rondoniense. Instigados pela seguinte problemática: como o migrante cacaieiro se insere no contexto de colonização da Zona da Mata e do município de Rolim de Moura? Que influencia os camponeses cacaieiros exerceram a partir se suas experiências na produção material e cultural deste município? Como os camponeses se relacionaram com o espaço territorial em questão? Qual a importância desses migrantes no contexto da luta pela terra em Rondônia?

O objetivo geral dessa pesquisa foi identificar e analisar as contribuições dos cacaieiros na formação histórica do município de Rolim de Moura no contexto da luta pela terra em Rondônia. Para alcança-lo buscamos especificamente: a) analisar e compreender o cacaieiro como sujeito histórico; b) identificar as ações do cacaieiros na produção material e cultural durante o processo de formação de Rolim de Moura; c) compreender o processo de colonização de Rolim de Moura no contexto da luta pela terra em Rondônia.

A pesquisa se justifica pela necessidade de buscar o conhecimento sobre processo da colonização e migração da região da Zona da Mata rondoniense e o papel dos camponeses cacaieiros no processo de formação sociocultural do município de Rolim de Moura. Esse trabalho se propõe a ser uma contribuição para compreender a totalidade desse fenômeno.

Nosso trabalho é dividido em quatro seções. Na **primeira seção** explicitamos os caminhos da pesquisa e suas dificuldades na busca pelas informações sobre os cacaieiros, assim como os métodos da coleta de dados e as teorias e conceitos nos quais nos deram o aporte necessário para as análises dos dados obtidos na pesquisa.

Na **segunda seção** analisamos o processo de colonização, migração e luta pela em Rondônia durante as décadas de 1970 a 1980, onde os projetos de colonização atraíram milhares de migrantes das mais diversas origens para a região

onde se passa a nossa pesquisa. Relacionamos também os cacaieiros enquanto sujeito ativo nesse processo, pois foi a partir de suas experiências concretas na luta pela terra que a região foi desbravada.

Na **terceira seção** caracterizamos o processo de formação histórica do município de Rolim de Moura, dentro de suas peculiaridades e sua influência no desenvolvimento em toda a região da Zona da Mata de Rondônia.

E na **quarta seção** buscamos através dos relatos dos cacaieiros como se deu a colonização de fato da região estudada, o percurso dos cacaieiros em sua saga na busca pela terra, suas dificuldades, sonhos, objetivos, produção, assim como seu papel de pioneiro na formação do município de Rolim de Moura. Por fim buscamos uma síntese dos problemas e objetivos da pesquisa.

1. OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1. As abordagens metodológicas

Buscamos neste trabalho uma abordagem metodológica que possibilita compreender os fatos históricos e a realidade enquanto práxis, suas contradições internas e externas no fenômeno a ser estudado. Nossa opção metodológica é pelo Materialismo Histórico-Dialético que nos permitiu entender as contradições internas da estrutura social do período a ser estudado, as relações entre produção material e cultural, considerando que a história é um processo contínuo. O materialismo histórico-dialético é o método para, interpretar e mudar o mundo ao mesmo tempo (HOBSBAWM, 1998) e implica numa "vinculação epistemológica dialética entre presente e passado" (CARDOSO, 1997, p. 25).

Nossa preocupação foi com a constante integração empírico-teórica de forma a estabelecer conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática que nos propomos pesquisar. O materialismo histórico-dialético estabelece a relação entre ideia e real, de modo que o método parte sempre da investigação preliminar do real e do concreto, enquanto totalidade de determinações e relações, nos permitindo compreender a dinâmica social, formular conceitos, enquanto expressão de múltiplas determinações do real reconstruído no pensamento e, ainda, elevar o pensamento abstrato "do mais simples ao mais complexo", enquanto processo dialético de movimento e de contradição (MARX, 1982, p. 14 e p. 15).

O ponto de partida é o de apreender o real imediato, enquanto representação do todo, convertendo-o em objeto de análise, transformando-o em concreto pensado, já que "a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real" (MARX, 1988, p. 26).

Para compreender a história dos cacaieiros e seus processos, nos amparamos no conceito de experiência de E.P. Thompson a distinção entre a experiência vivida e a experiência percebida. Para Thompson (2001), o conceito de experiência é necessário para desvelar que não é possível pensar uma classe social separada da outra, ou seja, isolando os cacaieiros da totalidade, pois a autoformação só acontece a partir das experiências históricas concretas.

> Thompson observa que as regularidades no interior do ser social, com frequência resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem a experiência vivida, a experiência I, mas não penetram como reflexos na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. (MULLER, 2003, p. 341).

Portanto, as experiências são inevitáveis e dialéticas, ou seja, tem a função de promover a pressão sobre a consciência social, determinando a construção concreta da consciência e de seu papel na sociedade. Em suma, é a partir da experiência dos sujeitos que surge a possibilidade teórica de uma explicação racional dos processos históricos.

> Dessa forma, a experiência, sem "bater na porta", constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização recusa, é processo de formação de identidades de classe, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração e etnias [...] (MULLER, 2003, p. 341).

É a partir dessa abordagem que se torna possível revelar empiricamente a historicidade concreta através das experiências de homens e mulheres, no nosso caso os migrantes cacaieiros, e demostrar que de fato são sujeitos produtores de sua história. Pois:

> Se isolarmos a evidência singular para um exame à parte, ela não permanece submissa, como a mesa, ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essas agitações, esses acontecimentos, se estão dentro do "ser social", com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuadamente à experiência. (THOMPSON, 1978, p. 199).

Foi na busca das experiências dos cacaieiros que compreendemos seu papel no contexto da colonização dirigida, assim como sua importância enquanto sujeitos ativos na transformação social ocorrida na região pesquisada.

1.2. O campo de pesquisa e seus procedimentos

Nosso campo de pesquisa está relacionado à região da Zona da Mata de Rondônia que no período a ser estudado se constituiria como Rolim de Moura[1].

[1] No período a ser estudado (1976 a 1984) todo o território da atual Zona da Mata fazia parte do distrito de Rolim de Moura que pertencia ao município de Cacoal.

Tivemos que nos deslocar por vários municípios da região para entrevistar os cacaieiros. Muitos deixaram Rolim de Moura há muitos anos. Entrevistamos 10 cacaieiros que chegaram a Rolim de Moura entre os anos de 1976 a 1979, além de utilizarmos entrevistas realizadas por outros pesquisadores.

Utilizamos como fontes de dados: entrevistas semiestruturadas e análise documental. A coleta de dados foi desenvolvida utilizando-se dos seguintes instrumentos: Entrevistas com os camponeses que foram cacaieiros e habitaram a região entre os anos de 1976 a 1986. Análise documental: historiografia produzida sobre a temática do trabalho, assim como cartilhas, projetos, declarações, decretos, resoluções, além de pesquisa em jornais e arquivos públicos.

Para colher os dados, utilizamos a entrevista, que foi utilizada em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. “Em todas as situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, pag. 134). Na pesquisa utilizamos duas modalidades de entrevistas: Entrevistas semiestruturadas individuais e entrevistas coletivas.

As entrevistas individuais foram o instrumento básico para conhecer o fenômeno de nosso estudo. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 134) “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

Também foram feitas entrevistas coletivas, onde a escolha desta técnica de coleta de dados fundamenta-se na perspectiva de Kramer (2003, p. 66), para quem este tipo de entrevista tem como objetivo “identificar pontos de vista dos entrevistados; reconhecer aspectos polêmicos (a respeito do que não há concordância); provocar o debate entre os participantes, estimular as pessoas a tomarem consciência de sua situação e condição e a pensarem criticamente sobre elas”. Além disso, ainda segundo a autora “durante as entrevistas coletivas, o diálogo, a narrativa da experiência e a exposição de ideias divergentes ocorrem com intensidade muito maior”. (KRAMER, 2003, p. 64). Essas técnicas foram essenciais para o percurso da pesquisa, principalmente nas análises das falas dos sujeitos, pois muitos deles divergiram em suas histórias.

Consideramos que este tipo de entrevista nos permitiu ao mesmo tempo, conhecer o que pensam os cacaieiros, as dificuldades que enfrentaram no cotidiano, as contradições e conflitos existentes.

1.3. A análise das fontes e dos Resultados da pesquisa

A análise dos dados tem como eixo central a aplicação do método do materialismo histórico-dialético mediante o qual buscamos interpretar a realidade objetiva e subjetiva em termos de categorias básicas: totalidade, contradição e *práxis*. A análise será realizada em quatro níveis básicos:

O primeiro nível tem por eixo a questão agrária, que procura analisar o contexto da exclusão dos camponeses da terra e o monopólio da propriedade da terra na Amazônia e suas raízes históricas, evidenciando o projeto de sociedade implícito ou explicito construído pelos trabalhadores do campo, assim como suas e relações na luta pela terra e seus objetivos.

No segundo nível utilizaremos a categoria totalidade e contradição para analisar os aspectos históricos econômicos e políticos em que se processa a luta pela terra em Rondônia. Entendemos que a problemática que envolve a luta pela terra é cada vez mais complexa e deve ser compreendida em sua totalidade, ou seja, deve ser compreendida a partir do desvendamento de todas as “leis” que a produzem e da ação concreta dos sujeitos históricos que dela fazem parte. A premissa de que tudo se relaciona é o princípio da totalidade, como explica Kosik:

> A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1976, p. 42).

Dessa forma, para apreender a totalidade do concreto é necessário buscar uma síntese explicativa para as várias articulações do real pela “unidade do diverso” uma vez que o diverso é a contradição existente no fenômeno. “O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1985, p.14). A realidade é concreta e se encontra na sua totalidade. A realidade é objetiva, concreta, ponto de partida e de chegada na busca do conhecimento científico.

E sendo o concreto a “síntese de múltiplas determinações” buscamos nesse trabalho estudar suas categorias explicativas mais simples chegando até as abstrações, às teorizações sobre o objeto de estudo. Nosso desafio é o de confrontar o real no seu particular, pois é partir do particular que se chega à totalidade completa, por isso, para compreender o fenômeno estudado, buscamos conhecer como se processou a colonização e formação de Rolim de Moura a partir dos migrantes cacaieiros dentro do contexto de luta pela terra em Rondônia no período.

Marx compreende a contradição, como unidade dos contrários. Desta forma, o fundamental no método dialético para chegar a concreticidade é compreender as contradições existentes no fenômeno: o simples e o complexo, o concreto e o abstrato, a qualidade e a quantidade, o particular e o geral, a essência e a aparência, etc. O princípio da contradição é central na apreensão da realidade, pois em todas as coisas existem forças que se opõem e que simultaneamente formam uma unidade. Em todas as coisas e fenômenos existe contradição.

Sobre a universalidade da contradição Engels explica que,

> (...) um ser é, no mesmo instante, ele mesmo e outro. A vida não é, pois, por si mesma, mais que uma contradição encerrada nas coisas e fenômenos e que se está reproduzindo e resolvendo incessantemente: ao cessar a contradição, cessa a vida e sobrevém a morte (ENGELS, 1979, p.102).

A análise das contradições nos permitiu compreender a essência do movimento migratório e do processo de colonização em Rondônia (fenômeno social), ou seja, quais as “leis” sociais e históricas e que forças reais o constitui enquanto tal, pois entendemos que “o conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica- isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos- processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos” (KOSIK, 1976, p. 45).

No terceiro nível nos apoiamos no conceito de *práxis,* que nos ajudou a interpretar essa realidade, pois compreendemos que o materialismo dialético só pode ser compreendido enquanto práxis. Nas teses sobre Feuerbach Marx afirma: “É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento - isolado da práxis - é puramente escolástica”, ressaltando que “a

essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado", mas o conjunto de suas relações sociais, já que "a vida social é essencialmente prática" (MARX e ENGELS, 1989, p. 94-96). A Práxis expressa a união indissolúvel entre a teoria e a prática transformadora.

2. COLONIZAÇÃO E LUTA PELA TERRA EM RONDONIA (1970-1980)

A existência e ações dos cacaieiros em Rolim de Moura estão estreitamente ligadas à questão agrária, já que a luta pela terra foi o objetivo central dos que vieram para esse município na década de 1970. A luta pelo acesso a terra e a questão agrária historicamente tem definido todos os processos socioeconômicos. Martins (1999, p. 102) afirma que “há uma questão agrária no Brasil. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque está sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la”. A questão agrária possui uma importância fundamental já que está ligada aos grandes problemas nacionais.

Nessa seção, pretendemos discutir a questão agrária e o processo de colonização de Rondônia a partir do monopólio da terra e as políticas de manutenção desse monopólio, partindo da análise sobre a estrutura fundiária e dos modelos de reforma agrária que mobilizaram milhares de camponeses na luta pela terra num intenso processo de migração interna em busca da sobrevivência, assim como as políticas e os projetos de colonização para atender essas demandas.

2.1. A questão agrária brasileira

A via capitalista da agricultura no Brasil historicamente ocorreu na forma de grande propriedade fundiária que reproduziram relações de extrema desigualdade social. A concentração da propriedade da terra é uma das principais causas da desigualdade social e da exclusão e miséria de milhões de famílias camponesas, da formação de favelas nas cidades, da pobreza e da violência cada vez mais crescente na cidade e no campo.

No Brasil nunca houve democratização da propriedade da terra. O País manteve e acentuou o monopólio da terra e a manutenção de relações de exploração que até hoje encontramos no campo. Essa manutenção da exploração se acentuou principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando houve uma reestruturação da dominação imperialista no mundo e os Estados Unidos da América se converteram numa força dominadora feroz em relação aos países semicoloniais. Conforme Souza (2014, p. 80) a dominação do imperialismo norte-americano ocorre em todos os espaços da economia do campo e da cidade, por meio do controle da agricultura e da indústria.

> O “populismo” e o “desenvolvimentismo” foram as formas utilizadas pela burguesia burocrática para fortalecer-se internamente e abrir as portas da nossa economia ao capital internacional, sob a máscara de “nacionalismo”. Reforça-se um modelo de desenvolvimento fabril e industrial, especialmente automobilístico, tendo como resultado o desenvolvimento regional extremamente desigual, o êxodo rural intenso que conduziu as massas para as favelas, para a pobreza e para a miséria cada vez mais crescente. (SOUZA, 2014, p. 80).

Conforme a autora, a consolidação das relações de submissão de nossa economia ao imperialismo norte-americano, “combinou o endividamento externo e a mais dura política de expulsão do campesinato para a cidade, liberando o campo para o latifúndio de monocultura de exportação”. Conforme Sodré (1983, p. 194), “o latifúndio só poderia manter seus privilégios se encontrasse o apoio constante e poderoso do imperialismo”. A manutenção e expansão do latifúndio, conforme Souza (2014, p. 81) fez com que o Brasil mantivesse seu caráter exploratório:

> Em resumo, desde quando o Brasil era colônia de Portugal, convivemos com dois grandes problemas: o **problema da concentração da terra** e o **problema nacional**, como na maioria dos países da América Latina. O problema da terra porque mantivemos uma das maiores concentrações de terra do mundo e o modelo agroexportador. Nossa agricultura, ao longo dessa história, tem servido à exportação de alimentos e de matérias-primas para enriquecer as potências imperialistas, enquanto o povo brasileiro vive imerso na miséria e na exploração. E o problema nacional, porque nunca tivemos autonomia para dirigir o Estado além da manutenção e reprodução de uma mentalidade colonizada e enganada com uma falsa liberdade, sujeitando-nos ao extremo a todas as formas de dominação (SOUZA, 2014, p. 81 – Grifos da autora).

Concordamos com a autora sobre o caráter do Estado brasileiro. Na atualidade ele segue ostentando uma estrutura fundiária cada vez mais perversa em sua lógica excludente, o que coloca a questão agrária como a principal contradição desde o período colonial.

A questão agrária aparece nos países que não concluíram a revolução burguesa, deixando pendente a questão da distribuição das terras.

> Ainda que tenha se desenvolvido, o capitalismo no Brasil, por não ter feito a revolução democrático-burguesa, a exemplo de outros países capitalistas, hoje chamados de primeiro mundo, nunca democratizou a propriedade da terra, somente acentuou o monopólio da terra. (SOUZA, 2014, p.82).

Outro pressuposto teórico importante a ser ressaltado refere-se ao caráter rentista do capitalismo no Brasil, como defende Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Para ele “o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra”. O autor explica que essa fusão teve sua origem na escravidão e vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão, mas que foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente com a legalização da reforma agrária pelo Congresso Nacional. (OLIVEIRA, 2001). Para Oliveira a chamada modernização da agricultura não transformou os latifundiários em capitalistas, mas transformou os industriais capitalistas urbanos em latifundiários, especialmente com os incentivos fiscais do Estado.

> Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) (3), citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, 2001, p. 01)

Conforme o autor ao invés de haver uma superação dessa estrutura fundiária atrasada para relações capitalistas modernas, houve essa fusão que solidificou, ainda mais, a propriedade privada da terra e sua concentração, revelando a dupla face do capitalismo que aqui se desenvolveu:

> Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total

> ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. (OLIVEIRA, 2001, p. 01)

Conforme o autor apresenta acima, em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A concentração fundiária segue sendo a principal contradição da sociedade brasileira, como veremos a seguir.

2.2 A concentração fundiária

A concentração de terras no Brasil aumentou, conforme dados do último Censo Agropecuário do IBGE/2006[2] que apresentou os seguintes dados: área territorial total do País: 851,4 milhões de hectares; área total ocupada pelos estabelecimentos: 330 milhões de hectares; área total das terras indígenas: 126 milhões de hectares; área total das unidades de conservação ambiental: 72,3 milhões de hectares; área com corpos d'água: 12 milhões de hectares e área urbanizada: 2,1 milhões de hectares.

Gráfico 1 - Ocupação da área territorial

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Cadastro de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas.

Ao analisar esses dados, Oliveira (2010, p. 2) afirma que "a conta não fechou, ou seja, ficaram sobrando 309 milhões de hectares".

[2] Novo Censo Agropecuário será realizado em 2018.

> A solução adotada pelos técnicos do IBGE foi denominar esses 36% da superfície do país de "área com outras ocupações". No entanto, se eles incluíram todas as possibilidades de ocupação de fato, ficou faltando as "terras públicas devolutas". É isto mesmo: mais de um terço da área do país está cercada, mas não pertence a quem cercou. Os "proprietários" não têm os documentos legais de propriedade destas terras. Por isso, essas terras são omitidas nos levantamentos estatísticos tanto do IBGE como do Incra (OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Não é à toa que esses dados do Censo de 2006 só foram publicados em 2009, depois de tantas polêmicas e contradições para explicar a existência de tão grande área ocupada ilegalmente pelos latifundiários. O nome mais apropriado encontrado pelo IBGE foi “outras ocupações”. Segundo Oliveira (2010), o IBGE camuflou ao máximo os dados da estrutura fundiária: “Ampliaram o que é positivo, a estratificação dos minifúndios, mas zelosamente agregaram os dados dos grandes estabelecimentos, escondendo os latifúndios”. Conforme Souza (2010, p. 84), “o censo mostrou o que todos sabemos: as terras públicas estão quase todas ocupadas ilegalmente pelos latifundiários, que continuam protegidos pelo governo”. Oliveira denuncia essa ilegalidade na ocupação de terras públicas:

> Sempre dominou no campo brasileiro o princípio da ilegalidade da ocupação das terras públicas pelos latifundiários. **São esses 309 milhões de hectares de terras públicas devolutas ou não que somados aos 120 milhões de hectares de terras improdutivas dos grandes imóveis indicadas no primeiro documento do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) que os sem terras não se cansam de denunciar.** É por isso que os latifundiários travam combate sem trégua com os sem terras. E a maior parte da mídia acompanha e faz eco, mas os dados demonstram que a história está do outro lado, do lado dos sem terras (OLIVEIRA, 2010, p. 3 – Grifo nosso).

Para solucionar esse escandaloso problema o Governo Lula, ao invés de criar um novo Plano de Reforma Agrária, em 2009 promulgou a Lei 11.952/2009 com o objetivo de acelerar a regularização de ocupações informais em terras públicas federais na Amazônia Legal. O Programa Terra Legal foi criado para implementar essa lei e beneficiar até 300 mil posseiros. O objetivo inicial do programa era emitir títulos de terra em até 60 dias por meio de cadastramento de posses, georreferenciamento, vistoria, titulação e monitoramento pós-titulação. Na verdade,

o Programa Terra Legal tem servido para regularizar a grilagem[3] de terras públicas pelos latifundiários. Conforme Oliveira (2017, p. 1): “O governo criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do INCRA griladas pelos latifundiários do agronegócio”. Para o autor, o Programa Terra Legal na Amazônia não é nada mais que “a transferência inconstitucional de quase uma centena de milhões de hectares de terras públicas do INCRA, portanto da reforma agrária, para o domínio de latifundiários particulares”. (OLIVEIRA, 2017, p. 7).

Os censos agropecuários de 1985, 1995 e 2006 mostraram que os estabelecimentos com mais de 1000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no País, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam apenas 2,7% da área total; 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1000 hectares representavam em torno de 1% do total de proprietários, nos censos analisados.

A concentração e a desigualdade regional são comprovadas pelo Índice de Gini da estrutura agrária. Quanto mais perto esse índice está de 1, maior a concentração. O índice de Gini apresentado pelo último Censo Agropecuário 2016/IBGE, que é o indicador da desigualdade no campo, mostrou um Gini 0,872 de para a estrutura agrária brasileira. Entre os anos de 1975 a 2006, o índice de Gini permaneceu praticamente inalterado (os resultados anteriores de 1995, 1985 e 1975 foram, respectivamente, 0,857; 0,858 e 0,855). A concentração aumentou devido à expansão das grandes propriedades com o avanço do agronegócio de criação de bovinos e a monocultura da soja e cana de açúcar em todo o país, adentrando a fronteira amazônica. O índice de Gini em Rondônia demonstra um significante crescimento da concentração: 0,655(1985) 0,765(1995) 0,717(2006). A estrutura fundiária atualmente permanece com a distribuição desigual da terra, com um Índice de Gini/INCRA-2012 de 0,843 o que presenta o crescimento da concentração em relação ao Censo Agropecuário de 2006/IBGE. O próximo censo agropecuário que deverá ocorrer no ano de 2018, com certeza apontará um crescimento ainda maior decorrente do avanço da agricultura extensiva por todo o país.

Essa estrutura fundiária serve aos interesses de poderosos grupos econômicos conforme explica Camely (2009):

[3] Grilagem de terras é o nome dado à apropriação de terras públicas ilegalmente e de falsificação de documentos de titularidade da terra.

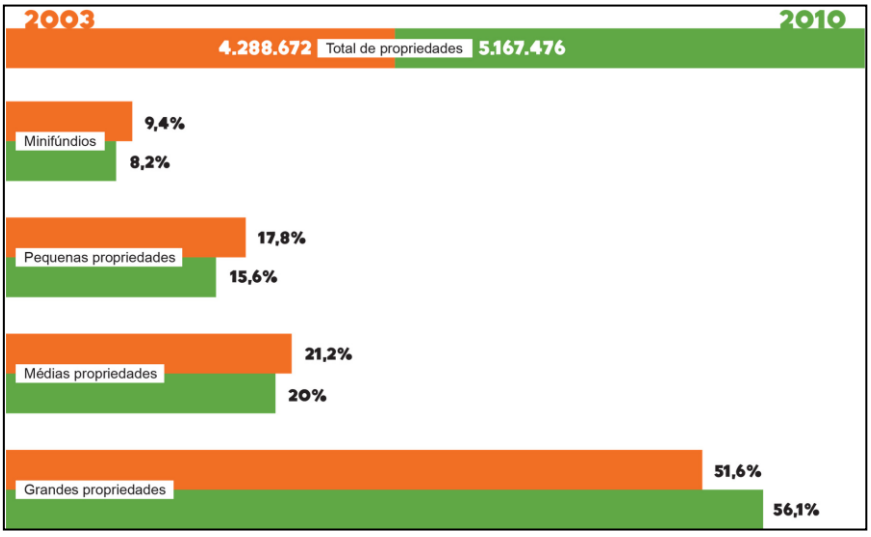
> Os grandes latifúndios no Brasil estão concentrados nas mãos de poderosos grupos econômicos, porque no país a terra funciona ora como reserva de valor e ora como reserva patrimonial. Em sua essência, a política agrária desenvolvida pelo estado brasileiro tem como consequência a capitalização dos latifundiários, a disponibilidade de força de trabalho farta e barata ao latifúndio através de projetos de assentamentos, ata o camponês ao latifúndio através da dívida e da ruína, levando ao despovoamento de áreas rurais que é agravado pela repressão sistemática do Estado e dos grupos armados dos latifundiários (CAMELY, 2009, p. 204).

A concentração de terras no Brasil vem crescendo assustadoramente. Os governos do PT não realizaram a reforma agrária prometida pelo partido desde sua fundação. Ariovaldo Umbelino de Oliveira aponta essa verdade:

> O primeiro mandato foi marcado pelo cumprimento de metade das metas de assentamento de novas famílias prevista no II Plano Nacional de Reforma Agrária. No segundo e no terceiro mandatos não foi elaborado o III PNRA. Ao contrário do primeiro período, o segundo foi marcado pela contrarreforma agrária derivada da aprovação das Leis nº 11.763/2008 e nº 11.952/2009, que passaram a permitir a regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. O governo criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do INCRA griladas pelos latifundiários do agronegócio. O terceiro mandato foi marcado pela não realização da reforma agrária, não demarcação dos territórios quilombolas e das terras indígenas. (OLIVEIRA, 2017, p. 1).

O que ocorreu nos últimos anos foi uma clara política preferencial pelo latifúndio, que contribuiu para elevar o problema agrário do país. Vejamos os dados:

GRÁFICO 2- Distribuição fundiária



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural / Incra. IN: Relatório da OXFAM Brasil-Novembro de 2016

Conforme Oliveira, (2015, p.30), houve uma concentração fundiária de 97,9 milhões de hectares nos latifúndios durante os governos petistas. Para o autor, “na contramão da história, o governo petista está promovendo a maior concentração fundiária já vista no país”. Oliveira apresenta sinteticamente a concentração fundiária nos últimos 60 anos e afirma que “Justamente, no governo do Partido dos Trabalhadores, a área dos latifundiários cresceu nos dois mandatos de Lula, o absurdo de 62,8%, quase o dobro do seu crescimento durante a ditadura militar, e, cinco vezes mais do que o governo FHC” (OLIVEIRA, 2015, p. 32). O autor explica que no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o crescimento das grandes propriedades de particulares entre 2010/2014 foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014. Nos dois mandatos de Lula os latifúndios privados que já haviam aumentado 62,8% somou-se mais 2,5%, totalizando 66,7%, ou, mais 97,9 milhões de hectares para as grandes propriedades. (OLIVEIRA, 2015, p. 33).

Atualmente, menos de 1% dos grandes proprietários concentram 45% de toda a área rural – enquanto pequenos proprietários, com menos de 10 hectares, ocupam menos de 2,3% da área rural. O relatório, publicado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), ligado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), afirma que as áreas ocupadas por latifúndios cresceram 375% nos últimos 30 anos. Conforme dados do INCRA, 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis. Exemplos clássicos: a área ocupada pelos Estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais e a área de 4,5 milhões de hectares, localizada na Terra do Meio, no estado do Pará nas mãos do empresário Cecílio do Rego Almeida, sendo considerado o maior latifúndio do mundo. Áreas como essa são superiores aos territórios de vários estados brasileiros e países do mundo. A maior parte dessas áreas é improdutiva, o que a torna sem função social e apta para a reforma agrária, de acordo com os artigos 182 e 186 da Constituição brasileira. Conforme os dados do Senso Agropecuário de 2006, citados no relatório da Oxfam (2016, p.10): “A desigualdade fundiária no Brasil também reforça a desigualdade de gênero”. Os homens possuem 87,32% de todos estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras. “No outro extremo, as mulheres

representam quase o dobro do número de produtores rurais sem posse da terra em comparação aos homens – 8,1% frente a 4,5%, respectivamente".

Em relação à Rondônia, a concentração fundiária, assim como na totalidade do Brasil, como vimos, é extremamente vertical. Para compreendê-la buscaremos os dados dos projetos de colonização a partir dos anos de 1970.

O Território Federal de Rondônia possuía 758 licenças de ocupação numa área de 646.746.000 ha e 227 cartas de aforamento acobertando uma área de 187.508.000 hectares. Em 1981 o INCRA já havia promovido várias discriminatórias administrativas ou judiciais arrecadando as terras devolutas.

QUADRO 1- Estrutura Fundiária do Estado de Rondônia

Formas de destinação	Área (1.000 ha)	% Área	Nº de famílias
Colonização Oficial	2.987,67	12,53	29.682
Assentamento rápido	794,04	03,33	12.315
Reforma agrária	1.563,07	06,55	26.731
Sub Total	**5.344,78**	**22,41**	**68.728**
Licitação Pública	1.580,00	06,62	1.100
Regularização fundiária	8.589,71	36,02	36.974
Sub Total	**10.169,71**	**42,64**	**38.074**
Terras Indígenas	4.153,41	17,41	-
Unidade de Conservação Federal	4.183,38	17,54	-
Unidade de Conservação Estadual			-
Sub Total	**8.336,79**	**34,95**	-
Total	**23.851,28**	**100**	**106.802**

Fonte: INCRA - PRRA/RO

Conforme dados do PRRO/RO-INCRA, 22,41% do território do Estado foram destinados a reforma agrária, 34,95% compreendido por áreas protegidas, 42,64% de área de regularização fundiária e 6,62% foi objeto de alienação (destinação) através de licitação pública sem preferência.

A classificação fundiária de que trata a Lei nº 8.629/93[3] a distribuição das propriedades em Rondônia apresenta o seguinte quadro: Pequenas propriedades:

22.919 (39,9%) que compreende uma área de 2.392.016 hectares. Médias propriedades: 3.128 (16,5%) que compreende uma área de 1.200.379 hectares e grandes propriedades: 1.168 (33,9%) que compreende uma área de 2.467.511 hectares.

Na modalidade de licitação pública foram destinadas as áreas conhecidas como: a) Corumbiara: com aproximadamente 1.200.000 ha (1972 e 1975) visando destinar parte de mais de 2.300.000 ha de terras públicas da Gleba Corumbiara, destinada a criação de gado de corte (11.000.000 de bovinos); b) Burareiro: Licitação com 200.000 ha (1982) destinadas ao plantio do cacau, seringa e pastagem; c) Baixo Candeias e Igarapé Três Casas: com aproximadamente 119.000 (1982); d) Garças: com aproximadamente 61.000 (1972,1975,1980 e 1981) destinado a constituir-se como bacia leiteira. Essa modalidade de destinação contribuiu para a concentração fundiária.

O plano agrário do regime militar que garantiu as terras da capital e para os latifundiários, que encontraram por aqui algo como “a galinha dos ovos de ouro”. (OLIVEIRA, 1988). Prova disso é que de uma superfície de 24,3 milhões de hectares do Estado em 1988, 6% pertenciam apenas a 09 proprietários, que produziam em apenas 0,11% delas. E ainda mesma época os dois maiores proprietários eram donos de oito milhões de hectares no Estado e ¼ das terras pertenciam a proprietários que viviam em outros Estados (CEPAMI, 1980).

Na atualidade as frentes agropecuárias e o agronegócio avançam pela floresta, expropriam os camponeses, invadem terras indígenas e de reservas ambientais em Rondônia, criando uma situação de intensos generalizados conflitos agrários em todos seus territórios nos últimos anos.

A história da ocupação/invasão e da concentração das terras em Rondônia deve ser compreendida a fim de contextualizar o processo de colonização que mobilizou milhares de camponeses pobres para seu território no período da ditadura civil-militar em que os cacaieiros se destacaram como alguns de seus principais sujeitos.

2.3 Rondônia: Colonização e Contrarreforma Agrária

A história de Rondônia tem sido uma história de conflitos entre as populações tradicionais, povos indígenas e de camponeses, mas também tem sido uma história de luta e resistência. As transformações ocorridas na Amazônia Ocidental se

associam às políticas de desenvolvimento regional articuladas pelo grande capital e à imposição da ideologia do “espaço vazio”, da “modernidade” contra o “atraso” das populações tradicionais. Desde o início do processo de colonização do Brasil os povos indígenas da Amazônia sofrem com genocídios e extermínios de nações inteiras.

> A Amazônia não era um “espaço vazio” como se colocava, pois, essa região sempre fora ocupada pelos povos da floresta – Índios, seringueiros, caboclos e nordestinos que se dedicavam a agricultura de subsistência, ao extrativismo vegetal e ao extrativismo mineral, praticando a caça e a pesca, [...] Na verdade, o vazio a que se referiam os ideólogos e governantes era, sobretudo, a nova forma de apropriação e exploração do espaço. A terra como mercadoria, deveria possuir um valor. (SOUZA, 1997, p. 27)

A partir de 1960, a situação de conflitos na Amazônia se acentua com o processo de colonização dirigida na região que passa ser caracterizada como uma área de expropriação e violência, alavancando esses conflitos, pois para o governo havia a negação e falta de atenção às questões indígenas e dos seringueiros, às vezes até negando sua existência na região, como nos afirma Teixeira (1999, p. 33): “As atividades extrativas, por outro lado não merecem do governo nenhum tipo de reconhecimento, sendo consideradas um entrave para os projetos que tratava de implementar naquela área”.

Essa colonização, a partir da década de 1960, trouxe para Rondônia camponeses sem terra, expulsos de todas as regiões do País e também latifundiários que atuaram como grandes grileiros de terra pública. Toda a Região Norte está caracterizada pela ocupação-invasão de seu território impulsionada pelo processo migratório dessa política do Estado brasileiro.

Em 1964, quando ocorreu o golpe militar, as estratégias para a ocupação da fronteira amazônica já estavam traçadas. A principal política de ocupação dessa região era a abertura da Amazônia para os investimentos do capital nacional e internacional com a parceria do Estado brasileiro. No ano de 1966, foram estendidos para a região amazônica os incentivos fiscais para as empresas florestais, criada a “Amazônia Legal” e a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) (SANTOS, 1993).

Nesse contexto se estabelece a chamada Operação Amazônia que buscou incentivar a imigração e a entrada de grandes empresas, especialmente de

mineração e agropecuária. O lema dessa operação estabelecida pelos militares era “integrar para não entregar”. Ao mesmo tempo em que se criaria uma infraestrutura de desenvolvimento combinado com os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais de exploração econômica da região, amenizaria os conflitos gerados pela intensificação da luta pela terra no Nordeste e no Centro-Sul. Essa grande operação foi materializada pelo processo de colonização dirigida. Entre 1970 e 1978 foram instalados sete projetos dirigidos de colonização em Rondônia, assentando 23.210 famílias camponesas ao mesmo tempo em que estimulou um grande movimento espontâneo para a região.

Devido o processo de mecanização agrícola no sul do país, milhares de camponeses vieram para Rondônia. O fluxo migratório proveniente do Paraná compôs mais de 40% dos colonos assentados em Rondônia na década de 1970.

De acordo com dados do IBGE, em 1950 a população de Rondônia era de 36.935 habitantes, para em 1980 subir para 888.430 habitantes. De 1960 a 1996 sua população passou de 957.000 habitantes para 7 milhões. Um crescimento assombroso de 630% (dados do IBGE). Esse aumento espantoso em tão curto tempo deve-se a implantação de projetos de colonização pelo Governo Militar a partir de 1970, que se deu entre outras causas, pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e o crescente problema social gerado pela existência de grandes latifúndios em oposição a existência de camponeses pobres sem-terra ou com pouca terra em todas as regiões do País (SOUZA, 2014). Dentro desse processo Rondônia foi considerada *“fronteira agrícola”* e espaço geograficamente e politicamente colocado para migrações justificado na visão de “espaço vazio” (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p.149).

O ciclo migratório impulsionado pelo processo de colonização dirigido em Rondônia estava umbilicalmente ligado ao ciclo de expansão do capital nacional e internacional.

A colonização dirigida iniciou-se em 1970 como lançamento do Programa de Integração Nacional - PIN (Decreto Lei 1.106 de 16/06/70) que pretendia assentar camponeses em lotes de 100 hectares numa faixa de terra de 10 km de cada lado da rodovia em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária foi criado em 9 de julho de 1970 com a extinção do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e INDA (Instituto Nacional de

Desenvolvimento Agrário) desmoralizados devido ao envolvimento em uma série de escândalos de venda de terra aos estrangeiros (OLIVEIRA, 1988). Era o INCRA quem deveria dirigir e coordenar esse projeto de colonização que desde o início foi justificado com o lema de integrar a Amazônia para não entrega-la aos estrangeiros. Conforme Oliveira (1988, p. 70), era uma forma de encobrir a verdadeira intenção do governo que era regularizar e facilitar a aquisição de terras aos estrangeiros e grupos agropecuários, além de permitir a entrega dos recursos naturais da região aos grupos multinacionais. Foi uma forma de capitalizar a agricultura mantendo intocada a propriedade da terra. (PERDIGÃO E BASSEGIO 1988, p. 86).

A luta pela reforma agrária e suas propostas de transformação social assumiu um caráter político que mobilizava a sociedade brasileira, o que resultou na mais dura repressão a partir de 1964, com o golpe civil-militar.

A reforma agrária passou a ser tratada tecnicamente, numa concepção produtivista chamada de "modernização conservadora" do latifúndio representado pelo Estatuto da Terra.[4] Instala-se então o projeto da "Contrarreforma Agrária" (MARTINS, 1981; 1984; 1991; OLIVEIRA, 1988, 1999), que instalou uma política de delimitação das áreas prioritárias para a reforma agrária, os projetos de colonização em áreas devolutas, o estímulo à grilagem, a concessão de crédito às grandes propriedades, enfim, a reforma agrária se tornou uma modernização do latifúndio. (SOUZA, 2006, p. 25).

A luta pela terra forjava os movimentos revolucionários em toda a América Latina a partir da década de 1950. Segundo Souza, (2014, p. 88), o plano de reforma agrária foi uma fórmula encontrada pelo imperialismo para procrastinar a luta pela terra e, consequentemente os movimentos revolucionários:

> A política de reforma agrária para América Latina foi gestada dentro da esfera do imperialismo norte-americano como uma estratégia de abrandamento da segunda onda da revolução proletária mundial que avançava pela América Latina. A América Latina transformou-se num amplo laboratório de reforma agrária [...]. Essa política imperialista tem se reforçado ao longo dos anos por meio da concessão de créditos para a feitura da reforma agrária, pelo perigo que ela representa à ordem dominante. Por isso mesmo, sempre guiada

4 O Estatuto da Terra foi aprovado em novembro de 1964 pelo Congresso Nacional considerado pelo governo militar como a lei de desenvolvimento rural que classifica os imóveis pela produtividade e abre precedente para desapropriação de latifúndios, revestido de um caráter técnico se apresentou como necessidade do governo em modernizar o campo e evitar conflitos sociais, aumentar a produção agrícola e criar uma classe média rural.

> pelas políticas ditadas pelo imperialismo, ela seguiu o caminho das concessões, com o intuito de impedir a solução revolucionária do problema da terra. (SOUZA, 2014, p.88-89).

Conforme a autora a reforma agrária no Brasil tem sido financiada pelo Banco Mundial nos últimos anos por meio de programas de acesso à terra pela compra e venda. Esses programas mercadológicos são a Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Moraes e Pereira identificam cinco modelos de reforma: Reforma agrária ou desenvolvimento agropecuário, reforma agrária tutelada, reforma agrária modernizadora, reforma agrária evolutiva e revolução agrária. (MORAIS; PEREIRA, 2002). Souza, analisando Morais e Pereira (2002) afirma que o modelo da reforma agrária em curso no Brasil é o da reforma agrária tutelada e explica as razões:

> O modelo da reforma agrária em curso no Brasil é o da **reforma agrária tutelada.** Primeiro, porque não elimina o monopólio da propriedade da terra, mas a colonização de terras inexploradas pertencentes ao Estado; segundo, porque beneficia os latifundiários parasitários que utilizam a terra apenas para especulação financeira, com o pagamento de vultosas indenizações pelas terras desapropriadas. É a reforma agrária de mercado, em que a terra é comprada pelo Estado, seguindo o exemplo instituído no Brasil desde 1850, com a Lei de Terras; terceiro, porque estimula o desenvolvimento do capitalismo no campo, conservando a grande propriedade arcaica e semifeudal e as grandes propriedades voltadas à monocultura exportadora e controladas pelo capital estrangeiro. Esse modelo cria, ainda, uma camada de camponeses ludibriados pelas promessas de prosperidade ao receberem uma parcela de terra, o que detém as ideias revolucionárias no campo. Então, esse modelo de reforma agrária seria nada mais que uma distribuição de terras controladas pelo grande capital, ou seja, um ajuste estrutural aos interesses do capital monopolista na agricultura que vem se modificando com o avanço da tecnologia e avançando nas fronteiras agrícolas, como é o caso de Rondônia (SOUZA, 2014, p. 90).

Cansados de esperar essa reforma agrária que não distribui terras - ao contrário, contribui para perpetuação do latifúndio - ao final da década de 1970 e início de 1980, a luta pela terra ganha novos impulsos por meio do sindicalismo, surgindo assim o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outras centenas de movimentos de camponeses organizados em todo o País que lutam na esfera do Estado, ocupando terra e forçando o INCRA a realizar essa reforma agrária de mercado, que a contas gotas, distribui algumas migalhas de terras para

conter a rebelião do campesinato. Mas também há movimentos que, seguindo o exemplo das Ligas Camponesas avançam no processo de Revolução Agrária, como a Liga dos Camponeses Pobres que atua em vários Estados brasileiros, especialmente em Rondônia.

A luta dos camponeses organizados em movimentos sociais ou mesmo as lutas espontâneas, que são constantes no campo, tem resultado em muitos conflitos nos últimos anos, o que coloca a questão agrária como a principal contradição existente na sociedade brasileira.

A questão agrária nos últimos anos tem se agravado, devido o avanço do latifúndio, do agronegócio e da organização dos grandes proprietários que desde a primeira república mantém suas organizações ativas na defesa de seus interesses econômicos e, principalmente, no comando do Estado. Na atualidade a Bancada Ruralista comanda o parlamento brasileiro, aliada aos setores conservadores da igreja e da polícia. Apresentam Projetos de Lei (PLs) voltados para mudanças na legislação a fim de restringir os direitos dos camponeses, povos indígenas, quilombolas, etc. e impõe, juntamente com o executivo, a maior e mais cruel repressão aos camponeses em luta pela terra no Brasil.

Os índices de violência no campo são cada vez mais alarmantes, conforme os dados do Relatório de Conflitos no Campo elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, o número de assassinatos causados por conflitos de terra em 2016 foram 60 mortes, 20% a mais que o ano de 2015. O Ano de 2016 tornou-se o ano mais violento no campo desde 2003. Dos 60 assassinatos, 49 aconteceram na região amazônica. Rondônia teve o maior índice em 2015 e permaneceu como tal em 2016, com maior violência no campo, com 21 assassinatos. Segundo o relatório da CPT, as disputas pela terra e pelos recursos hídricos são as principais causas da violência no campo. Entre as vítimas estão indígenas, camponeses vinculados aos movimentos sociais, quilombolas, ribeirinhos, etc.

Rondônia está vivendo a plena expansão do agronegócio com a monocultura da soja. Como explicam Silva e Correia (2015, p. 180). “No estado de Rondônia esse processo se manifesta através da monopolização do território e da regionalização da soja. As contradições produzidas pelo agronegócio ampliaram os conflitos territoriais no espaço agrário rondoniense”.

Segundo os dados da CPT, entre 1964 e 2016, o número total de assassinatos no campo foi de 2.507 homens e mulheres. Na década de 1980 os números foram altos, na década de 1990 o número de mortes diminuiu e agora em 2016 eles duplicaram. Isso se deve a quase ausência de políticas de reforma agrária e de avanço das políticas que privilegiam o latifúndio. Esses fatores causam grandes conflitos, de um lado os camponeses pobres que lutam por um pedaço de terra de outro os latifundiários contando com a pistolagem e com o braço armado do Estado em seu favor. As reintegrações de terras geralmente são de terras públicas griladas pelos latifundiários que o governo se apressa a regularizar e legitimar através do programa "Terra Legal". Segundo informações do Incra o Estado de Rondônia apresenta "106 áreas em situação de disputa, situadas em 23 municípios, com 8.759 famílias acampadas, sendo 25% enquadradas em alto grau de risco de ocorrência de conflitos graves", afirma ainda, que do "total de imóveis ocupados, cerca de 75% dependem de ação direta do Programa Terra Legal e 25% demandam atuação do Incra" (INCRA, 2016)[5].

Além dos camponeses a violência contra os povos indígenas também tem crescido assustadoramente, devido à paralização dos processos de demarcação de terras indígenas e os ataques do agronegócio aos direitos dos povos indígenas que cada vez mais se organizam em movimentos e lutam pelo direito à terra. Conforme os dados dos Relatórios de violência contra os Povos indígenas elaborados pelo CIMI, entre 2015 e 2016 houve mais de 30 ataques armados de paramilitares e jagunços, comandados por fazendeiros aos povos indígenas. Conforme os dados dos relatórios, nos últimos treze anos, 891 indígenas foram assassinados no país. Em 201 foram 138 assassinatos, em 2015 foram 137. Os dados de 2016 ainda não foram divulgados. Os dados ressaltam a permanência da omissão do poder público em relação aos direitos assegurados aos povos indígenas na Constituição brasileira, especialmente o direito à terra. Suas terras continuam cada vez mais sujeitas à invasão e enfrentam todas as formas de violências como espancamentos, ameaças de morte, etc.

[5] INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA. Incra/RO e Terra Legal firmam parceria para regularização fundiária em áreas de conflitos agrários. Notícia publicada em: 31/10/2016. Disponivel no site www.Incra.gov.br. Disponivel em http://www.incra.gov.br/noticias/incraro-e-terra-legal_firmam-parceria-para-regularizacao-fundiaria-em-areas-de-conflitos. Acesso em novembro de 2016.

As populações tradicionais da Amazônia, como os ribeirinhos, quilombolas e extrativistas vêm, da mesma forma, sofrendo os processos de expulsão de suas terras onde reproduzem suas condições materiais de existência, suas culturas por grandes projetos de construção de hidrelétricas, como é o caso de Jirau e Santo Antônio em Porto Velho-RO e as empresas agropecuárias e de produção de soja. Essa é a realidade da questão agrária que hoje se vivencia no país e em Rondônia. Marcadamente grave.

2.4 Políticas de Estado para a Colonização Dirigida de Rondônia

A história da formação político-econômica e sociocultural de Rondônia, desde o início de sua ocupação e povoamento está ligada aos vários ciclos econômicos implementados pelas necessidades e demandas da expansão do capital, sejam elas de caráter interno ou externo em toda a Amazônia[6]. Ciclos que obedeceram à lógica de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalista: ciclos da borracha, cassiterita ou da colonização dirigida.

Esses ciclos econômicos provocaram um grande movimento migratório para a região. Em um primeiro momento, a vinda de migrantes nordestinos para a extração da borracha e posteriormente na busca pela terra. Esses fluxos migratórios atingem seu ápice durante as décadas de 1970 a 1980, quando o governo adota a política de colonização como válvula de escape para as tensões sociais nos grandes centros do Brasil, e aliviar os conflitos gerados pela expansão do agronegócio criando milhares de camponeses sem-terra.

[6] Os anos 50 são, para a Amazônia, um conjunto de ações. O desbravamento da selva e a sua "derrota" para o desenvolvimento carecia de planejamento. Ainda durante o governo Vargas observamos o início das ações. Podemos destacar: a criação do INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (1952), da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), da Zona Franca de Manaus (1957) e da RODOBRÁS – Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (1958). O programa de desenvolvimento culminava com a construção de duas grandes rodovias, ligando a "Ilha" Amazônia ao Centro-Oeste: a Belém-Brasília (1959) e a Brasília-Acre (1960). Esse conjunto de ações terá continuidade durante os governos militares. Destacamos as seguintes ações: SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (1966); SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus (1967); PIN – Programa de Integração Nacional (1970); INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1970); Programas de Colonização (1970); Grandes projetos hidrelétricos e rodoviários (década de 70); Projeto RADAM – Radar para a Amazônia (1971); PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (1971); POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1974); POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975); PRODECER – Programa NipoBrasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (1975); POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (1980). (RABELO, 2011, p. 03).

E base desse processo histórico é a contradição entre as classes sociais e o desenvolvimento do capital. Pois, à medida que o capital cria e articula novas fronteiras colocando e acomodando a população nessas novas frentes, surgem conflitos e contradições. Em Rondônia até a década de 1960 a luta pela terra não gerava uma ampla disputa, consequência de uma economia voltada ao extrativismo. A estimativa populacional da década de 1960 era por volta de 69.792 habitantes (excluindo as nações indígenas), das quais 43,2% moravam na zona urbana.

A falta de infraestrutura de transportes dificultava e muito o acesso a região, sendo feita apenas pelos rios ou transporte aéreo. É somente com a abertura da BR-364 que o processo de migração e ocupação da região torna-se realidade atraindo migrantes de todas as regiões do Brasil. A abertura de estradas na Amazônia estava no planejamento do governo para atender as transformações na política econômica brasileira da década de 1950, que se abre escancaradamente ao capital internacional e a guinada à industrialização de bens de consumo, ponto importante do plano de metas do Governo JK. As consequências dessas políticas provocam uma reação em cadeia, onde Estado e setor privado modernizam as relações de produção e trabalho.

A modernização da agricultura resulta na expropriação cada vez intensa dos camponeses, meeiros, parceiros etc., levando esses trabalhadores a buscar sua subsistência nos centros urbanos ou buscar a direção de regiões de fronteira, onde se tinha a notícia de terras férteis a abundantes. É nesse contexto que milhares de pessoas começam a migrar para Rondônia e ocupar as terras.

A colonização espontânea e dirigida não são dois processos distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização. Para controlar e ordenar as levas migratórias dessa nova fronteira, o Estado decide definir juridicamente a questão da propriedade das terras na Amazônia, criando uma política de colonização. Essa política estava ancorada na necessidade de apaziguar as tensões sociais na região, e os conflitos entre latifúndio, camponeses, posseiros e indígenas. É necessário salientar que o controle desses fluxos migratórios para a região estava estritamente ligado aos interesses empresariais sobre as terras da Amazônia e de Rondônia.

A ocupação do espaço rondoniense se deu através de ciclos econômicos ao longo do processo de integração vinculado aos interesses do capital. Neste sentido os ciclos da borracha representam este processo, sobretudo o 2º Ciclo da Borracha

que garante a criação do Território Federal do Guaporé (1943). A “Marcha para o Oeste” do Estado Novo de Vargas marca o mapeamento da região amazônica enquanto espaço de interesse estratégico estatal, contudo, o processo migratório para a região foi de certa forma pouco relevante.

Somente a partir da década de 1960 que o Estado brasileiro, planeja de forma efetiva uma maior intervenção na Amazônia. No caso específico do Território Federal de Rondônia, A abertura da rodovia Cuiabá-Porto Velho que fora iniciada na década de 1950 é completada nos fins da década de 1960 e contribui de forma decisiva para um novo ciclo econômico a ser inaugurado na década seguinte. A descoberta de jazidas de cassiterita no norte de Rondônia durante os anos de 1950 representa um dos motivos essenciais da construção da estrada Cuiabá-Porto Velho, única ligação terrestre de toda a Amazônia ocidental ao centro do País (COY, 1988, p. 171).

Para consolidar esse plano, uma das primeiras medidas do governo militar foi criar o Estatuto da Terra, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, como forma de colocar um freio no movimento camponês, que se destacava nas Ligas Camponesas. Criou também órgãos responsáveis pela reforma agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária- IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA. Em 27 de outubro de 1966 é publicado o Decreto Nº 59.428 que normatiza o processo de colonização. O Art. 5º desse decreto define colonização.

> Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas. (Art. 5º DECRETO Nº 59.428/66)

O IBRA e o INDA que deveriam conduzir o processo de colonização dirigida haviam se deteriorado nos escandalosos processos de venda de terras aos estrangeiros e outras ações ilícitas. Esses dois órgãos foram fundidos e transformados numa nova instituição, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA em 9 de julho de 1970. No mesmo mês, criou-se o Programa de Integração Nacional (PIN) por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970. “A política de Colonização Dirigida foi concebida sob o marco que a elite militar responsável pelo Golpe de 1964 estabeleceu. Como antigos estudantes da Escola

Superior de Guerra (ESG), eles acreditavam numa política de integração da segurança nacional e do desenvolvimento sob a tutela de um Governo Federal forte" (HENRIQUES, 1984, p. 396). Conforme a autora (1984, p. 398-399), "a política de desenvolvimento incorporada ao PIN tinha como objetivo fundamental a redução dos desequilíbrios regionais e a descentralização do processo de desenvolvimento através da criação de novos centros de progresso" O discurso de Delfim Neto dizia que a colonização da Amazônia seria como conquistar um novo país e que havia recursos econômicos para isso[7]. Segundo Henriques (1984, p.399), os objetivos específicos do PIN eram:

> a) Deslocar as fronteiras econômicas, particularmente as agrícolas para os bancos da Amazônia;
>
> b) Criar as condições que possibilitassem a incorporação da região na economia de mercado, fornecendo a um enorme segmento da população, até então dispersa e estagnada, as condições necessárias para a produção e o consequente poder de compra;
>
> c) Estabelecer as bases para a efetiva transformação agrícola da região semiárida do Nordeste;
>
> d) Redirecionar o potencial migratório do Nordeste para os vales úmidos desta região e para suas novas fronteiras agrícolas, evitando assim seu deslocamento para as áreas urbanas do Centro Sul; e,
>
> e) Assegurar ao Nordeste o apoio do Governo Federal, a fim de garantir um processo de industrialização que permitisse a consecução e autosustentação das metas de desenvolvimento programadas.

Conforme a autora, o Estado não apenas formulou estes objetivos como criou, através de uma série de Decretos, diversos órgãos que dariam suporte ao processo de colonização:

> Os serviços básicos seriam fornecidos aos colonos recém-chegados por variadas agências federais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) seria o responsável pela demarcação e provisão dos lotes, pela construção das modestas vivendas e

[7] Velho (1976, p.200), citando outros autores apresenta uma declaração de Delfim Neto, então Ministro da Fazenda "o PIN representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira... Nós vamos empurrar a fronteira para conquistar um novo País". E, "nós já dispomos dos recursos necessários para realizar o desenvolvimento econômico, precisamos ter consciência de que dispomos desses recursos e precisamos ter os mecanismos para mobilizá-los a favor do desenvolvimento econômico. Por isto é que acreditamos nesta filosofia do Governo, que antes de fazer crescer com rapidez o capital, tenta utilizar o capital disponível; esta filosofia que antes de estar procurando poupar, tenta mobilizar a força de trabalho que já existe em cada um de nós. Esta filosofia de mobilização é que vai fazer deste País um Grande País".

> agrovilas e pelos serviços de educação e saúde até que estes pudessem ser assumidos por agências específicas. A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) daria assistência técnica, o Banco do Brasil forneceria crédito a juros baixos enquanto que a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) garantiria o preço mínimo e o armazenamento da produção. A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), distribuiria os alimentos a preços baixos. A Fundação Serviço Especial da Saúde Pública (SESP) e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), agências de saúde, atuariam através das unidades móveis de atenção médica e controle à malária. O financiamento de todas estas atividades seria realizado através da transferência para o PIN de 30% dos incentivos fiscais. Finalmente, mas não menos importante, as unidades de produção seriam lotes de 100 hectares dedicados a culturas de subsistência e comerciais. (HENRIQUES, 1984, p. 399-400).

Com o lançamento do Programa de Integração Nacional - PIN inicia-se a colonização dirigida que pretendia assentar camponeses em lotes de 100 hectares numa faixa de terra de 10 km de cada lado da rodovia em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

> Os câmbios estruturais esperados operariam dentro de um marco planejado que foi denominado de urbanismo rural. Ele estava constituído por três elementos: "agrovilas", "agrópolis" e "rurópolis". A agrovila, a unidade básica, era a área residencial de aproximadamente 50 famílias possuindo um centro administrativo, campo de futebol, escola primária, unidade de saúde e um pequeno centro comercial. Circundando 20 agrovilas, estava a agrópolis, prevendo-se nela uma cooperativa, uma escola primária e outra de 2.0 Grau, um banco e um correio. A rurópolis seria a unidade maior que serviria como principal centro de serviços com aeroporto, hospital e serviços técnicos, assim como plantas processadoras para os produtos agrícolas como algodão, arroz e açúcar. (HENRIQUES, 1984, p. 399).

O PIN previa a construção de duas Rodovias, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, no entorno das quais estaria as áreas reservadas para colonização e reforma agrária. Vejamos as principais ações a serem desenvolvidas conforme o artigo Art. 2º do Decreto Lei 1.106 de 16/06/70:

> Art. 2º. A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.
>
> § 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional,

> se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.
>
> § 2º Inclui-se também na primeira etapa do Programa de Integração Nacional a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste.

Para tanto, estabeleceu-se dois objetivos prioritários, são eles: “a) construção de eixos rodoviários como a Transamazônica, e a ligação de Brasília com Cuiabá, Rio Branco e Manaus; b) a ocupação via colonização das terras amazônicas cortadas por esses eixos”. (LOUREIRO, 2011: 14).

Para consolidar esses objetivos foi desencadeada uma forte propaganda em todo o país, especialmente no sul e centro-sul, onde havia maior intensidade de conflitos agrários, pela famosa consigna do presidente Médici: “Levar os homens sem-terra para a terra sem homens da Amazônia”. Essa propaganda tratava-se da disponibilidade de terras em Rondônia que passou a vista como o “Eldorado” brasileiro.

Inicialmente os migrantes foram se estabelecendo ao longo da BR, mas o movimento se alastrou causando conflito imediato com os indígenas que secularmente habitavam a região. Empresas privadas demarcavam lotes e iludiam os camponeses. A situação foi se tornando caótica na década de 1970, momento em que o INCRA passou a liderar a ocupação do território como explica Henriques (1984, p, 403):

> As atividades do INCRA concentraram-se nos dois níveis mais importantes: legalização da situação fundiária na área - Projeto Fundiário de Rondônia- e assentamento dos recém-chegados - Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e Projeto Integrado de Colonização (PIC). As atividades abrangidas por estes projetos se realizariam através de 12 programas que incluíam: Distribuição de Terras, Organização Territorial, Organização Administrativa, Assentamento, Organização das Unidades Agrícolas, Promoção e Execução de Obras Públicas Básicas e Infra-estrutura, cujo desenvolvimento era de inteira responsabilidade do INCRA; os restantes programas visando a Saúde, Habitação, Educação, Crédito, Cooperativas e Comercialização da Produção seriam implementados por outras instituições sob a coordenação do INCRA

Para implementar as ações do PIN, o INCRA criou os projetos: PICs (Projetos Integrados de Colonização). No Pará foram criados o PIC Altamira, iniciado em 1970, às margens da rodovia Transamazônica, com área de 2.795.250 hectares; foi o primeiro projeto do PIN; O PIC do Guamá, foi iniciado em 1957 e continuado nas

décadas de 70 e 80. Com área de 33.105 hectares, ficava nos municípios de S. Isabel do Pará e Castanhal. Foram assentadas pouco mais de 500 famílias entre 1970 e 1973. PIC Itaituba, iniciado em 1971, tinha área de 356.500 hectares, e ficava no município de Marabá; recebeu 3.500 colonos, dos quais 19% eram do Sul.

Em Rondônia foram criados inicialmente 5 (cinco) PICs que tinham a função de selecionar, demarcar e abrir estradas, além de dar assistência nas áreas de saúde, educação, comercialização, etc.

QUADRO 2 – PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO

PROJETOS PICS	**Ouro Preto**	**Ji- Paraná**	**Adolfo Rohl**	**Paulo de Assis Ribeiro**	**Sidney Girão**
Área (ha)	512.585	486.137	407.210	293.580	60.000
Área de Influência	Ouro Preto D'Oeste e Ji-Paraná	Cacoal, Pres. Médici, Rolim de Moura, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste	Jarú	Colorado D'Oeste	Guajará-Mirim

Tabela 2: PICs caracterizados por área (Ha) e área de influência.

Cunha e Moser (2016, p. 138-141), com base nos Relatórios do INCRA (1984) nos oferecem as informações técnicas acerca desses projetos. Vejamos:

O Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto foi o primeiro PIC criado em Rondônia, em 19 de junho de 1970, na área onde hoje estão assentados os municípios de Ouro Preto do Oeste, Nova União, Mirante da Serra, Teixeirópolis e Alto Paraíso. O efeito demonstração do primeiro (PIC) implantado em Ouro Preto em 1970, atraiu um fluxo populacional muito superior ao previsto, mediante a tal situação o INCRA reagiu rápido implantando outros projetos de Colonização. A expedição da primeira A. O. (Autorização de Ocupação), se deu em 04/04/1973. E o primeiro T. D. (Título Definitivo) em 22/08/1975. O projeto é composto por cinco

setores designados por POP: 1, 2, 3, 4, 5, 6: localizado no município de Ji-Paraná a 320 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364.

O **Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná** criado em 16.06.1972, foi implantado efetivamente em julho de 1972, na área considerada indispensável a segurança para o desenvolvimento nacional pelo decreto lei 1164 de 01/04/1971 a qual foi transcrita em nome do INCRA no registro de imóveis da comarca de Porto Velho, sob o n° 1.062, na mesma data. Teve suas primeiras famílias assentadas em 1973, e a expedição da primeira A. O em 18.12.1974. O projeto é composto por cinco setores; Ji-Paraná; Abaitará; Rolim De Moura; Prosperidade e Tatu, com localização nos municípios de Cacoal e Pimenta Bueno a 460 km de Porto Velho, tendo como via de acesso a BR-364.

O **Projeto Integrado de Colonização Paulo Assis Ribeiro** criado em 04.10.1973, teve sua efetiva implantação em 21 de agosto de 1974. Na área que constitui parte da Gleba Guaporé, arrecadada pelo artigo 28 da lei 6.383/76 matriculada em nome da União, no cartório de registro de Guajará-Mirim, sob o n° 20/77 em 07/12/77, com as primeiras famílias assentadas em 1974. A expedição da primeira A. O se deu em 18/12/1974, e o primeiro T. D em 25/12/1978. O projeto está localizado no município de Vilhena a 790 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364 e RO/399 a 100 km da cidade de Vilhena. (Relatório do INCRA, 1984).

O **Projeto Integrado de Colonização Padre Adolpho Rohl** criado em 20.11.75, foi desmembrado do PIC Ouro Preto, inicialmente constituía-se em um setor do PIC Ouro Preto, cuja efetiva implantação se deu em 07/07/1971 e suas primeiras famílias foram assentadas em 1973. A expedição da primeira A.O (Autorização de Ocupação) se deu em 26.06.1978, e o primeiro T. D. em 19.12.1975. O projeto está localizado nos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná, cuja sede administrativa encontra-se a 280 km de Porto Velho, tem como via de acesso a BR-364.

O **Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão** criado em 13 de agosto de 1971, com a implantação efetiva em abril de 1972, na área matriculada em nome da União, sob o n° 31, no cartório de registro de imóveis de Guajará Mirim, no ano de 1978. Em 1972 foram assentadas as primeiras famílias com a expedição da primeira A.O em 1973. O projeto localiza-se as margens da BR-425, Abunã – Guajará Mirim, na faixa de fronteira com a República da Bolívia, entre os parques

indígenas Lages e Ribeirão. O PIC Guajará-Mirim ficava na fronteira com a Bolívia. Não atingiu o objetivo esperado, por causa do pequeno tamanho das terras (25 ha), a baixa fertilidade do solo, a deficiência do crédito.

Devido ao excesso de migrantes que chegava a Rondônia, foram criados os Programas de Assentamentos Dirigidos- PADs que ao contrário dos PICs só se responsabilizavam pela locação e abertura de um número restrito de estradas, pois visava atender um número de migrantes com condições econômicas satisfatórias. Os PADs beneficiaram a pequenos e médios empresários na plantação de cacau para exportação. As áreas de terra concedidas pelo INCRA eram de 100 a 250 hectares. (SOUZA, 2006, p. 31).

Foram criados dois PADs: o Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra foi criado para exploração agropecuária, com área considerada de interesse social para fins de desapropriação pelo Dec. N° 75.281 de 23 janeiro de 1975 foi instalado em julho/agosto de 1975, e homologado a criação pela resolução n° 131 de 06.09.1978, com suas primeiras famílias assentadas em 1975 e o Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, criado em 21.01.1974 foi implantado na área considerada de interesse social pelo decreto 75.281 de 23.01.1975 e sua efetiva implantação se deu em dezembro de 1975 com assentamento das primeiras famílias. A expedição da primeira A. O foi realizada em 07.06.7976, e o primeiro T. D. em 12.07.1976. O projeto está localizado no município de Ariquemes a 200 km de Porto Velho com via e acesso pela BR-364, 421 E RO- 141 01. Esse PAD foi criado visando a produção de Cacau (CUNHA; MOSER, 2016, p. 141).

Conforme Cunha e Moser, (2016, p, 140), baseado nos relatórios do INCRA, os camponeses a serem assentados pelos PADs deveriam ser “mais especializados que um trabalhador sem-terra; precisa ter um mínimo de conhecimento agrícola e ao mesmo tempo, algum recurso financeiro e experiência quanto a obtenção de crédito bancário”.

Com a intensificação do processo migratório o INCRA se obrigou a modificar e estender a colonização criando os Projetos de Assentamento Rápido-PAR. Esses estavam destinados aos pequenos produtores e distribuía lotes de 50 hectares. Ao contrário dos demais projetos (PIC e PAD), os PARs não ofereciam nenhuma estrutura. Os camponeses deviam construir picadas mato adentro e pequenas

estradas para escoamento da produção. Em julho de 1985 tínhamos o seguinte quadro:

QUADRO 3 - COLONIZAÇÃO PÚBLICA EM RONDÔNIA - PROJETOS DO INCRA. (SITUACÃO: JULHO DE 1985)

Projeto de Colonização	Área do Projeto (ha)	Ano de fundação	Parcela média (ha)	Famílias assentadas
PIC Ouro Preto	512.585	1970	100	5.162
PIC Sidney Girão	60.000	1971	100	63 8
PIC Ji-Paraná	486.137	1972	100	4.756
PIC Ribeiro	293.580	1973	100	3.106
PIC A. Roh	407.219	1975	1O0	3.689
PAD Marechal Dutra	494.661	1975	100	4.767
PAD Burareiro	304.925	1974	250	1.540
PA Urupá	75.460	1981	30	1.212
PA Machadinho	382.940	1982	42	2.920*
PA B. Princípio	190.000	1983	65	1.200
PA São Felipe	s.i	1984	50	450
"Assentamento Rápido"	s.i.		50	12.3 15
"Soldados da Borracha"	s.i.		variável	1.393
PAR"Gleba G"	s.i.		variável	890
TOTAL	3.207.507			44.038

PIC = Projeto Integrado de Colonização, PAD = Projeto de Assentamento Dirigido, PA = Projeto de Assentamento.
Fonte: MEAF-Incra-CEER, Porto Velho, novembro de 1984, Mirad-Incra-DWRO, Porto Velho, julho de 1985, organizado por Coy (1988, p, 76).

Muitos outros PARs e PAs foram criados após 1980, dentre eles estão PA Cujum, PAR BR 364, PA Vitória da União, PA Vale do Jamary, PA D'Jaru Uaru, PA Rio P. Cadeias, PA, Zeferino, PA Pyrineus, PA Tancredo Neves, PA Itapirema, PA Verde Seringal, PA Marcos Freire, PA Buritis, entre outros.

Além dos projetos de colonização, havia ainda dois outros programas de ocupação do espaço em Rondônia, que o INCRA utilizava: a) Áreas de Licitação – que foram glebas que variavam de 200 a 2000 ha postos em Licitação Pública; b)

Áreas de Regularização Fundiária – que foram áreas normalmente ocupadas e que iam sendo regularizadas junto ao INCRA. Essas duas modalidades permitiam ao INCRA entregar grandes áreas de terras aos latifundiários.

Moser (2009) faz um balanço desses projetos de colonização a partir dos dados do relatório do INCRA de 1988.

> Verificamos no Relatório do INCRA (1988:032-033), até o ano de 1983, nos cinco Projetos Integrados de Colonização e nos dois assentamentos dirigidos, foram demarcados 25.162 lotes rurais, o que equivale a 93% da capacidade dos projetos e durante o período dos anos de 1970 a 1983, expediu em Rondônia 67.074 documentos, dos quais 25.162 se referiam a Autorizações de Ocupação, 19.070 eram Cartas de Anuência e 23.110 Títulos Definitivos. E na questão de assentamentos, até no mesmo ano de 1983, nos Projetos Integrados de Colonização e nos Assentamentos Dirigidos foram identificadas 25.0962 famílias, selecionadas 26.486 e assentadas 23.655 e as 2.828 famílias selecionadas, mas que não foram assentadas ficavam no aguardo da abertura do Assentamento Rápido. (MOSER, 2009, p. 4).

Como mostram os dados, muitas famílias foram assentadas, mas muitas estão até hoje sem-terra, pois a colonização dirigida não tinha nenhuma intenção de resolver o problema agrário do país, mas de reforçar a estrutura agrária existente, como demonstraremos na análise que segue, sobre os Programas de financiamento às ações articuladas aos projetos de colonização.

Como parte da política de colonização, foram criados alguns programas que visavam interesses de grupos econômicos. Em 1971 através do Decreto-Lei n°1.179, de 06.07.1971, o governo federal cria o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste-PROTERRA, “com objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE.” (Artigo 1°.). Contudo, o objetivo real de investimento dos governos militares em incentivar uma migração à Amazônia, está inserido num cenário de conflitos no campo, conforme Kohlhepp (2002):

> O rápido aumento de tensões sociais no nordeste brasileiro, causado pela negligência à urgente e necessária reforma agrária, tornou-se ainda maior depois da desastrosa seca, levando em 1970 a um acordo de estratégia geopolítica que combinava programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia com um

> projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra. A região amazônica era vista como escape espacial para os conflitos sociais não solucionados (KOHLHEPP, 2002, p.37).

Ainda segundo Kohlhepp (2002) a estratégia foi integrar ação estatal e privada na ocupação da Amazônia.

O Estado garantiria o desenvolvimento de infraestrutura, concentrada no transporte rodoviário, além da criação de projeto de colonização. Também a redução de impostos para corporações visou a atração de capital privado aos projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado, sendo os investimentos aplicados em todos os setores econômicos mediante incentivos fiscais e a redução de taxas tributárias, a serem empregadas como capital de investimento, principalmente na criação de gado, indústria e projetos de mineração. Os recursos para seriam provenientes de dotações orçamentárias do PIN e do sistema de incentivos fiscais na proporção de 20% das aplicações. O PROTERRA contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação por meio do "pagamento com título da dívida agrária" e que, através do PROTERRA passava a ser "mediante prévia e justa indenização em dinheiro" (OLIVEIRA, 1988, p. 81-82). Como afirma Oliveira (1988, p.83), o PROTERRA é a maior expressão da "contrarreforma agrária" e favorecimento do latifúndio: "O PROTERRA era parte significativa da estratégia do governo no sentido de apresentar ao mundo financeiro capitalista e à própria sociedade brasileira, que era possível fazer 'reforma agrária' sem violência e sem contrariedade dos latifundiários nordestinos".

Para levar adiante essa estratégia do governo em conter a reforma agrária que seria feita "na marra" pelos camponeses, estava criado o que Martins (1984, p.134) chama de "quartel da terra", expressão que caracteriza a ação do plano agrário do governo militar para garantir para o capital as terras da Amazônia. Para reforçar esse "quartel" foram criados nessa segunda fase, novas estratégias de planejamento regional na Amazônia. Essas estratégias "foram concentradas no conceito de polos de crescimento, tema discutido na América Latina desde meados dos anos 1960". (KOHLHEPP, 2002, p. 4). A política dos polos de desenvolvimento atraiu investidores de capital nacional e internacional, devido os pacotes de benefícios, especialmente a redução de taxas tributárias. Bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais de transporte e construção de estradas, buscavam vantagem em Rondônia. (KOHLHEPP, 2002). Os polos foram

organizados por atividade econômica, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial. Destaca-se em Rondônia, o POLAMAZÔNIA e o POLONOROESTE. O POLAMAZÔNIA tinha por objetivo a exploração de recursos minerais. Muitas licenças de exploração de jazidas de grande extensão foram cedidas a empresas nacionais e internacionais. Em Rondônia se explorou os minérios de manganês e cassiterita. Em nosso estudo, merece destaque o POLONONOESTE. Para ser implantado nas áreas cortadas pela BR-364, o POLONOROESTE foi financiado pelo Banco Mundial, fundamentando as políticas de reservas, de ocupação e de "preservação" dirigidas pelo imperialismo norte-americano[8]. Conforme Santos (2001, p. 85) "O Banco Mundial destina, para o período entre 1980 a 1985, um montante de aproximadamente um bilhão e cem milhões de dólares".

Vejamos o que diz Coy, (1984, p. 19) sobre o POLONOROESTE:

> [...] o Estado brasileiro, principalmente com o programa POLONOROESTE, tenta ordenar a ocupação do espaço rural de Rondônia. Com um volume de cerca de 15 bilhão de dólares, o POLONOROESTE é um dos maiores programas de planejamento do último governo militar. O Banco Mundial participa deste programa com 34% do financiamento. A influência desta instituição sobre o conceito concreto do programa não deve portanto ser subestimada (The World Bank, 1981; Mahar, 1982; Goodland, 1985; Slullings, 1985). No centro do programa encontramos o asfaltamento da BR364, Cuiabá-Porto Velho, com uma extensão de cerca de 1.400 lun, terminado em 1984. Esta medida central consumiu 42% de todos os meios financeiros do programa (Cepa- RO, 1983).

O POLONOROESTE teve como principais objetivos pavimentar a BR-364 e tentar equilibrar os conflitos sociais na região, por meio da instalação de novos projetos de assentamento, como os PARs, e PAs de Urupá, Machadinho, Cujubim, etc.

Fomentou a criação e instalação de Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUAR), que tinham como objetivo criar centros de abastecimento para a população rural, instalando infraestrutura básica, como posto de saúde, escolas, armazéns, postos de

[8] Sobre a presença do capital norte americano na Amazônia ver SAUTCHUK, Jaime, MARTINS DE CARVALHO, Horácio, BUARQUE DE GUSMÃO, Sergio. Projeto Jarí, a invasão americana. São Paulo: Brasil Debates, 1980, GARRIDO FILHA, Irene. O Projeto Jarí e os capitais estrangeiros na Amazônia. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980 e LIMA, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

extensão rural, etc. Por isso parte dos recursos, conforme Coy (1984, p. 19) foram destinados para:

> - o estabelecimento de cerca de 20.000 camponeses em novos projetos de colonização, dos quais 15.000 se estabelecerão em Rondônia (24% dos meios financeiros do programa);
>
> - o desenvolvimento rural integrado nas áreas de influência da estrada BR 364 no Mato Grosso e em Rondônia (23%);
>
> - o combate à malária em Rondônia (2%);
>
> - a proteção das populações indígenas na zona de influência da BR364 (3%);
>
> - a proteção do meio ambiente na região-programa (1Vo).

Como resultado da ação direta do POLONOROESTE foi estabelecido Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado que visava a instalação de "Núcleos Urbanos de Apoio Rural" (NUAR), pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural. No início, foi prevista a instalação de 39 NUAR. Até 1984 foram criados 23 NUAR que, posteriormente, se transformaram em municípios. Os NUAR foram projetos de cidades planejados na esfera da geopolítica e formaram pela doação de lotes urbanos aos camponeses na localidade onde se estabelecia para seu funcionamento.

Os NUAR transformaram-se, posteriormente, em municípios como Novo Horizonte d'Oeste, Nova União, Teixeirópolis, Castanheiras, etc. Cerca de 49% dos municípios do Estado se formaram por meio do financiamento do POLONOROESTE, ou seja, pela ação do imperialismo norte-americano. Essa política conciliava com o problema geral criado pela colonização que não concedeu terra a uma boa parte dos camponeses. Conforme Coy (p. 24) muitos migrantes, sem esperança de obtenção de terras obtenção de terras de colonização, se estabelecem nestes NUAR tentando ganhar a vida com um trabalho urbano (construção, artesanato, comércio, etc.). Outros trabalham como assalariados ou parceiros nas explorações rurais dos arredores". Coy explica o que a população no início da formação dos NUAR era "principalmente de camponeses que "fracassaram" (aqueles que venderam suas explorações) e de migrantes, expulsos de suas regiões de procedência, em busca de uma "volta ao campo". Conforme pesquisa do autor a

intenção de 76% dos interrogados dentro da zona urbana dos NUAR era adquirir terras em um projeto de colonização. “Estes se veem agora impedidos de realizar suas - intenções e contribuirão, portanto, para a formação de uma classe de “sem-terra” na frente pioneira” (COY, 1984, p. 19).

A partir de 1960, a situação de conflitos na Amazônia se acentua com o processo de colonização dirigida na região que passa ser caracterizada como uma área de expropriação e violência. (MARTINS, 1991). Essa colonização a partir da década de 1960 trouxe para Rondônia camponeses sem terra, expulsos de todas as regiões do país e também latifundiários que atuaram como grandes grileiros de terra pública.

A propaganda governamental, associada à abertura das estradas, estimulou um número cada vez maior de migrantes que se deslocavam às novas terras na Amazônia. O desenvolvimento demográfico regional de Rondônia é caracterizado por uma taxa de crescimento anual de 15,8 durante a década de 1970, a mais elevada do Brasil.

As ondas migratórias rumo às frentes pioneiras atuais, vindas das frentes pioneiras “consolidadas” (Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, etc.) e das regiões de ocupação antiga, são responsáveis por este fenômeno, tratando-se assim de uma migração do centro para a periferia. Em 1980, mais de 50% da população de Rondônia vivia há menos de 10 anos na região.

Esse aumento espantoso em tão curto tempo deve-se a implantação de projetos de colonização pelo Governo Militar a partir de 1970, que se deu entre outras causas, pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e o crescente problema social gerado pela existência de grandes latifúndios em oposição a existência de camponeses pobres sem-terra ou com pouca terra em todas as regiões do País (SOUZA, 2014).

A “fronteira agrícola” como “espaço vazio” ou “vazio demográfico” propagandeado pelo regime militar desconsiderava a presença das populações indígenas, seringueiros, comunidades quilombolas e ribeirinhos que já se encontravam na região (MARTINS, 1991, p. 62).

QUADRO 4 - POPULAÇÃO RECENSEADA

6 – População presente recenseada, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1872-1980

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE RECENSEADA								
	1º-8-1872	31-12-1890	31-12-1900	1º-9-1920	1º-9-1940	1º-7-1950	1º-9-1960 (1)	1º-9-1970 (1)	1º-9-1980 (1) (2)
BRASIL	9 938 478	14 333 915	17 438 434	30 635 605	41 236 315	51 944 397	70 070 457	93 139 037	119 061 470
NORTE	332 847	476 370	695 112	1 439 052	1 462 420	1 844 655	2 561 782	3 603 860	5 890 633
Rondônia	...	...	...	...	...	36 935	69 792	111 064	492 744
Acre	...	...	...	92 379	79 768	114 755	158 184	215 299	301 628
Amazonas	57 610	147 915	249 756	363 166 (3)	438 008	514 099	708 459	955 235	1 430 314
Roraima	...	...	...	...	...	18 116	28 304	40 885	79 078
Pará	275 237	328 455	445 356	983 507	944 644	1 123 273	1529 293	2 167 018	3 411 235
Amapá	...	...	...	...	...	37 477	67 750	114 359	175 634

Fonte: IBGE

Os dados da tabela acima dão uma dimensão da explosão demográfica que ocorre em Rondônia, sobretudo na década 1970-1980, onde a densidade populacional ultrapassa a casa dos 300%. De acordo com dados do IBGE (2000), somente na década de 1970 a população rondoniense cresceu 16,03%, enquanto o crescimento nacional cresceu apenas 2,48% no mesmo período.

Em termos proporcionais, o Estado de Rondônia é o que mais recebeu migrantes, que se amontoavam nas cidades ao longo da BR 364 aguardando a oportunidade de receber um lote para morar. As regiões de procedência dos migrantes são, por ordem de importância (entre 1979 e 1984): Paraná (30% dos migrantes), Mato Grosso (l6%), o Estado de São Paulo (9%), Mato Grosso do Sul (8%), Espírito Santo (7%) e Minas Gerais (7%). (COY, 1988, p.172).

Num balanço geral do PIN, o número de colonos assentados representou somente pequena parte dos objetivos extremamente otimistas do início. No começo, eram um milhão de famílias a serem assentadas; mais tarde, o INCRA reduziu esse número para 100 mil e, em meados dos anos 1970, somente 7% do número planejado estava assentado na Transamazônica.

Os principais problemas enfrentados pelos camponeses são descritos por Coy (1989) são as doenças como a malária, a insuficiência da infraestrutura, como a falta de estradas e isolamento na época de chuva, condições de escoamento e comercialização da produção agrícola.

a) Desconhecimento técnico sobre as condições da Amazônia. Não havia conhecimento em torno das condições do solo. A maior parte dos solos da Amazônia apresenta baixa fertilidade. Não havia planejamento para exequibilidade econômica da Transamazônica, entre outros fatores; b) Modelo de colonização sofisticada: O tripé composto pela agrópolis, rurópolis e agrovilas resultou complexo demais para aquele meio. A distância entre as residências dos colonos e seus lotes obrigavam os camponeses a caminharem quilômetros para irem e voltarem aos seus trabalhos sob um clima quente e úmido. A implementação de todas as atividades previstas exigia o suporte permanente de uma equipe técnica bastante grande que sofria intensa rotatividade.
b) Características prévias dos colonos: Camponeses nordestinos analfabetos, com precárias condições de saúde, inadequados hábitos nutricionais e práticas agrícolas tradicionais, conformaram majoritariamente a população de colonos que se estabeleceu na Amazônia e devido a precária infraestrutura de saúde, o índice de desistência cresceu em face da impossibilidade de se adaptar ao novo ambiente; c) Falta de suporte estrutural: As dificuldades abarcam desde as deficiências na assistência técnica, a inadequação do sistema de crédito (cuja sistemática foi montada visando fazendeiros médios e grandes) ao pequeno produtor, a precariedade do sistema viário, a inexistência de meios de transportes para o escoamento da produção e a capacidade limitada da rede de armazenamento até problemas como: a burocratização da comercialização, a necessidade dos pequenos produtores recorrerem a intermediários inescrupulosos e a insegurança causada pelas dificuldades burocrática e financeiras, criadas para impedir a obtenção da titulação definitiva sobre o lote trabalhado

Desde 1973, o foco da colonização estatal foi transferido para Rondônia (KOHLHEPP, 2002). Não por acaso, Rondônia tornou-se o principal destino dos colonos, conforme aponta Coy (1988):

> A escolha de Rondônia como região prioritária de colonização tem várias razões: a localização da região na continuidade da direção do movimento das frentes pioneiras do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) rumo ao Norte; a existência da estrada Cuiabá-Porto Velho mantendo esta extensão da frente pioneira; a situação jurídica das terras de Rondônia facilitando a colonização oficial pela existência de uma porcentagem relativamente elevada de terras públicas; a existência de terras mais férteis do que dentro da média da região amazônica (sobretudo no centro de Rondônia onde está localizado o primeiro núcleo de colonização, o PIC Ouro Preto, em 1970),etc. O sistema de colonização começa então pela construção rudimentar de estradas de penetração, e pela delimitação de lotes retangulares cobertos por floresta virgem. Dos 100 ha distribuídos aos colonos (com exceção do PAD Burareiro onde 250 ha foram distribuídos), 50 deveriam ter sido conservados como "reserva florestal". As técnicas agrícolas aplicadas são sempre as mais simples (plantio direto após queimada); as culturas de subsistência (arroz, milho, feijão) são completadas por uma série de culturas de mercado (cash-crops) propostas por instituições governamentais (como no caso do cacau ou da borracha) ou trazidas pelos colonos (como no caso do café). (COY, 1988, p. 175-176)

Em 1964, quando ocorreu o golpe militar, as estratégias para a ocupação de Rondônia já estavam traçadas. Como já vimos, a principal política de ocupação dessa região era a abertura da Amazônia para os investimentos do capital nacional e internacional com a parceria do Estado brasileiro. No ano de 1966, foram estendidos para a região amazônica os incentivos fiscais para as empresas florestais, criada a "Amazônia Legal" e a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). (SANTOS, 1993). Nesse contexto se estabelece a chamada Operação Amazônia que buscou incentivar a imigração e a entrada de grandes empresas, especialmente de mineração e agropecuária. O lema dessa operação estabelecida pelos militares era "integrar para não entregar". Ao mesmo tempo em que se criaria uma infraestrutura de desenvolvimento combinado com os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais de exploração econômica da região, amenizaria os conflitos gerados pela intensificação da luta pela terra no Nordeste e no Centro-Sul.

> A referida ocupação sobre a Amazônia, projetada durante período militar, esteve ligada aos centros economicamente hegemônicos da

> sociedade brasileira daquele período, amplamente apoiada pelo Estado. Assim, a migração para Rondônia esteve ligada a proposições políticas dos militares para a Amazônia e, dessa forma, na região do primeiro projeto de colonização do estado, o PIC Ouro Preto, compreende-se que o que causou a migração para o Estado de Rondônia foram relações de poder no âmbito civil- militar nacional, ligando-se diretamente à manutenção de uma concentração de terras tradicionalmente presente no Brasil, o grande latifúndio. (MOSER; ERNESTO, 2016, p 83-84).

Nota-se que o ciclo migratório impulsionado pelo processo de colonização dirigida em Rondônia estava umbilicalmente ligado ao ciclo de expansão do capital nacional e internacional. O plano agrário do regime civil-militar estava orientado para atender ao capital nas terras da Amazônia. Conforme Martins (1984) e Ianni, (1979) foi um processo de “contrarreforma agrária”. Na verdade, era “distribuir alguma terra para não distribuir as terras, esse acabou sendo o lema de fato da política governamental de colonização dirigida” (IANNI, 1979, p. 81). Primeiro porque beneficiou os latifundiários que encontraram por aqui algo como “a galinha dos ovos de ouro”. (OLIVEIRA, 1988). Segundo porque buscava procrastinar a reforma agrária e reduzir os conflitos agrários nas outras Conforme os Dados do CEPAMI (1980) uma superfície de 24,3 milhões de hectares do Estado em 1988, 6% pertenciam apenas a 09 proprietários, que produziam em apenas 0,11% delas. E ainda na mesma época os dois maiores proprietários eram donos de oito milhões de hectares no Estado e ¼ das terras pertenciam a proprietários que viviam em outros Estados (CEPAMI, 1980). É um período em que se destaca a grilagem de terras, formando os grandes latifúndios em terra pública que até hoje temos em Rondônia, como já tratamos na primeira seção.

Calcula-se que apenas em 1984 chegaram a Rondônia cerca de 200 mil migrantes, formando rapidamente as cidades como Alta Floresta, Nova Brasilândia, Novo Horizonte e Castanheiras. Sem nenhuma condição de existência, sempre mal acolhido, “o migrante aqui chega e não encontra orientação, fica amontoado nas rodoviárias ou em galpões de Igreja como acontece na Paróquia de Rolim de Moura” (PERDIGÃO E BASSEGIO 1992, p.97). Mais de 56% dos migrantes de Rondônia deslocaram-se de três a sete vezes pelo Brasil antes de chegarem ao Estado uma população excluída e quase nômade (CEPAMI, 1980) que continua em movimento em busca de terra. Conforme Martins (2012, p. 154):

> A prioridade para ocupação era para quem tinha condições de realizar derrubadas e muitos camponeses não dispunham de recursos para fazê-las. Os poucos que conseguiam lotes se embrenhavam floresta adentro, vitimados pela malária e outras doenças tropicais. Sem assistência governamental e sem estradas eram aliciados pelas madeireiras que aqui se instalavam. Ocorria também a falta de apoio estrutural aos camponeses que se amontoavam em filas de espera nas sedes do INCRA. Em pouco tempo, inúmeros conflitos entre posseiros, madeireiros, garimpeiros, latifundiários e indígenas tornavam-se uma constante.

Conforme o autor identificou-se no período, um percentual de 41% do total de municípios da região amazônica como palco de conflitos agrários nos anos de 1980 e 1981.

> É o período em que as levas de migrantes rumavam para o norte do país enganadas pela propaganda governamental de que havia terra para todos. Grande ilusão, que criou um dos cenários mais dramáticos da história recente, em virtude do grande número de conflitos e assassinatos existentes no campo. É preciso destacar, ainda, que mesmo com menor intensidade de ocupações ou número de famílias organizadas, na Amazônia, o conflito entre latifundiários e camponeses sem-terra ocorreram e ainda ocorrem de forma mais sangrenta, vitimando na maioria dos casos os diversos grupos de camponeses, organizados ou não por movimentos. (MARTINS, 2012, p. 156).

Os conflitos agrários e a violência no campo não cessaram até os dias de hoje, em que o Estado está no topo dos índices de violência no campo. Souza apresenta outro aspecto da questão agrária em Rondônia que foi “o processo de expulsão dos camponeses, através da grilagem de terras, ora, com a participação de funcionários do alto escalão do INCRA ou através da pistolagem realizada por latifundiários que se instalavam nas áreas ocupadas”. A autora denúncia que “a migração de forma caótica como se processou na Amazônia nas últimas décadas só contribuiu para alargar as periferias, a violência, a prostituição, o desemprego e subemprego; e o pior: A Amazônia ostenta os mais altos índices de violência no campo” (2006, p. 145).

Desde os primeiros momentos do processo de colonização a política de estado se caracteriza como o apoio ao *agrobusiness,* isto é, a chamada modernização capitalista, que se caracteriza na atualidade como agronegócio. Transforma o espaço geográfico rondoniense num palco de conflitos entre camponeses e indígenas e entre esses e os latifundiários.

3. OS CACAIEIROS E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ROLIM DE MOURA

Como já nos referimos antes, a massa de migrantes que chega em Rondônia a procura de terra e melhores condições de vida, buscava como ponto de partida a região do PIC Gy Paraná. Conforme dados do IBGE das 296.989 pessoas que no período entre 1979 e 1983 foram para a região, 17,24% foram para o município de Cacoal, então sede do PIC Gy Paraná.

O PIC Gy Paraná, foi o resultado de cinco projetos integrados em momentos diferentes, devido a pressão dos migrantes na luta pela terra. Até certo ponto, o PIC Gy Paraná não reflete no que diz respeito às origens ou procedência dos migrantes, a tendência estadual ou a totalidade do projeto, pois aponta para novas peculiaridades no processo migratório. Dal Maso (1990, pag. 78) diz que essa peculiaridade do PIC Gy Paraná está na "tentativa de manter a unidade e coesão do fluxo migratório", pois as particularidades dos grupos e classes que migram para a região revelam amplas dimensões culturais, étnicas e regionais.

Dado interessante é o fato de que no PIC Gy-Paraná podemos claramente identificar a origem dos migrantes que, não por acaso, estabeleceram-se em setores diferentes: Setor Gy Paraná predominaram os migrantes oriundos do Espirito Santo; no Setor Abaitará 37% eram paranaenses e 20% mato-grossenses. Esses grupos mesmo longe de sua terra de origem procuraram manter a coesão social, tanto devido ao conflito com a terra estranha e nas suas relações com os outros, sendo relevantes os elementos culturais para a manutenção de sua coesão.

Outro aspecto importante da colonização da região a partir dessa coesão social e cultural foi o elemento familiar, de parentesco e de laços comunitários e associativos. Centenas de migrantes que enfrentavam longas viagens de ônibus, pau de arara, carro próprio entre outras formas de transporte disponível na época, traziam consigo apenas uma coisa no bolso: "o endereço, às vezes incompleto, de um parente, um amigo ou apenas um velho conhecido" (COUTO ROSA, p. 82-89). Isso demonstra que a escolha por Rondônia também aparece como uma escolha individual, como decisão familiar ou comunitária. Conforme Dal Maso (1990), 82% dos migrantes do PIC Gy Paraná tiveram a decisão de vir para a região a partir do âmbito familiar e comunitário.

Diferentemente dos projetos anteriores o PIC Gy-Paraná chama a atenção devido ao número de migrantes que migraram uma única vez. Conforme Dal Maso

(1990, p. 81) 67,6% desses migrantes migraram uma só vez. Isso demostra a peculiaridade da colonização da região que veremos a seguir.

3.1 O PIC Gy-Paraná e a formação do espaço territorial do município de Rolim de Moura

Vimos na segunda seção que a ocupação espacial em Rondônia a partir dos anos de 1960 foi um projeto geopolítico do Regime Militar. Conforme os estudos de Oliveira (1990) e Becker (1991) teve dois fatores relevantes: A consolidação da BR 364 realizada no final dos anos de 1970 e 1980, principalmente o trecho Cuiabá-Porto Velho e os Projetos Integrados de Colonização (PIC) concebidos pelo Programa de Integração Nacional (PIN) que ocuparam uma faixa de 100 km de cada lado da BR 364 repartida em lotes de 100ha, tendo pequenas variações principalmente no final das linhas que acabavam por ter uma parcela menor de terra. São também esses dois fatores que contribuíram para o surgimento de Rolim de Moura e de vários municípios durante o processo de colonização dirigida que mobilizou milhares de migrantes para o território de Rondônia. O PIC Ji-Paraná (Ji-Paraná/1972) – assentou cerca de 5.000,00 famílias ao longo da BR-364, em 486.137 hectares.

O projeto foi composto por cinco setores; Ji-Paraná; Abaitará; Rolim de Moura; Prosperidade e Tatu, com localização nos municípios de Cacoal e Pimenta. No desenvolvimento do projeto ocorre um grave problema, que fugiu do controle do INCRA. Havia muito mais camponeses que terra a ser distribuída no PIC Gy-Paraná. Centenas de camponeses sem terra se aglomeraram na porta da sede do INCRA ou se organizaram em “frentes pioneiras” que foi avançando pelo lado sul da BR 364. A partir das informações prestadas por Lopes (1989), Carneiro (2008, p, 142) afirma:

> Em virtude da mencionada política de ocupação da região, o INCRA já havia implantado o PIC Gy-Paraná, sendo que alguns depoimentos dão conta de que em 1972 podiam ser encontrados colonos adiantando-se à ação do Instituto e abrindo lotes 70 dentro do perímetro do atual município. Esse avanço, diferentemente de outras localidades ao longo da BR 364 e de outros projetos de assentamento, exigiu que o INCRA criasse uma extensão para o PIC Gy-Paraná, a extensão Rolim de Moura, e iniciasse a distribuição de lotes rurais, abrisse estradas e demarcasse os lotes urbanos para os moradores de um vilarejo que estava se formando, próximo de onde hoje é o centro da cidade.

Conforme Oliveira (2001, p. 17) no mês de agosto de 1977 o INCRA entregou os primeiros lotes urbanos em Rolim de Moura. Carneiro (2008) entrevistou o professor Francisco Ferreira Moreira, servidor do INCRA à época, que foi posteriormente o primeiro administrador de Rolim de Moura. Este informou que esses estudos do INCRA já haviam sido realizados desde 1975. Os camponeses haviam feito uma picada em meio a floresta a partir de Pimenta Bueno em direção ao local onde é hoje a cidade de Rolim de Moura, que posteriormente foi chamada de Linha 25 (Hoje RO-010).

IMAGEM 1- MAPA DO ATUAL MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA

Fonte: mapgoogle@2017

Desde 1976 já haviam muitos barracos no local. Na verdade, o INCRA distribuiu lotes urbanos no sentido de consolidar aquele povoamento, especialmente para possíveis comerciantes e aos camponeses que habitavam o local. As construções com lascas de madeira e palmeira, coberta de lona, palhas de coqueiro ou tabuinhas que serviam de telha. Conforme Francisco Ferreira Moreira em Entrevista fornecida a Revista Ideias & Fatos, N° 2

> Na realidade, foi o povo que criou Rolim de Moura. No projeto do INCRA era só distribuição de lotes rurais. O povo foi chegando,

> abrindo picadas até onde deveria ser o lote. Depois é que o INCRA fazia a demarcação topográfica. E esse processo aconteceu tanto na área rural como urbana. Por falta de demarcação prévia aconteceram muitas brigas e até mortes. O grande fluxo de pessoas impedia o pessoal do INCRA de demarcar antecipadamente. Assim, as pessoas foram chegando, faziam seus barracos de lona, tentavam estabelecer suas datas e procuravam o INCRA. Mas com poucos funcionários era difícil atender a todos imediatamente. (IDÉIAS & FATOS, 1998, p. 17).

O INCRA, ao criar a extensão Rolim de Moura no PIC Gy-Paraná, pretendia criar um núcleo urbano que atendesse aquela extensão ocupada espontaneamente pelos camponeses, mas a escolha do local foi feita por estes e não pelo INCRA, já que inicialmente a orientação desse Instituto era de povoar o setor Abaitará[9]. Conforme Carneiro (2008, p. 144), "o plano estratégico do INCRA era colonizar primeiro o setor Abaitará e somente depois o setor Rolim de Moura".

Antes que o INCRA demarcasse o local da cidade o povo se adiantou e escolheu o local onde corriam dois rios que denominaram de Anta Atirada e Igarapé da Encrenca. Carneiro (2008, p. 144), após entrevista com os primeiros habitantes confirma:

> Como havia previsão de novas distribuições de terra, os colonos não se fixaram na localidade do Abaitará, com perspectiva urbana. Preferiram ir para aquela mais adiante, com a intenção de ir abrindo os lotes crendo que no momento da demarcação e distribuição, já com os lotes abertos, terem prioridade sobre aqueles colonos que chegassem depois. O que implica dizer que havia a previsão de um núcleo urbano, os colonos se adiantaram e ocuparam a localidade e essa ocupação fez com que o Instituto agilizasse o processo de organização do núcleo urbano, com a distribuição de lotes e definição das ruas.

Achamos importante reproduzir na íntegra a entrevista do servidor do INCRA realizada por Carneiro (2008, p. 45).

> A sede urbana do Município de Rolim de Moura está localizada num território denominado de Setor Rolim de Moura do emancipado PIC GPN dentre os 5 (cinco) setores que compunham o aludido PIC. Assim a região de Rolim de Moura era subordinada ao INCRA de Cacoal. Como toda área do PIC tinha quase 500 mil hectares, além da sede urbana onde se instalara a Vila de Cacoal, o INCRA, reservara mais 5 (cinco) áreas para núcleos urbanos no território do

9 A extensão do PIC GY-PARANÁ era organizada por setores. Abaitará e Rolim de Moura eram setores desse PIC. Cada setor havia um espaço destinado a criação de núcleo urbano. No setor Abaitará há hoje dois distritos de Pimenta Bueno, que é Abaitará e Primavera.

> PIC, cada um com área de 1.600 hectares (4.000 x 4.000m).Eram duas áreas no Setor Abaitará (uma na linha 25, onde tem aquele colégio agrícola e um Projeto Casulo da Parceria INCRA com a Prefeitura de Pimenta Bueno, onde alguns assentados produzem uva). O outro núcleo, do Setor Abaitará, abriga atualmente a sede urbana do Município de Primavera. No setor Rolim de Moura (o maior setor do PIC), onde foram assentadas quase 2.000 (duas mil) famílias o INCRA reservou 3 (três) áreas para Núcleos Urbanos. Um no cruzamento da linha 25 com a 184, hoje, me parece, Avenidas 25 de Agosto e Norte Sul, respectivamente, da sede do Município de Rolim de Moura. Outro núcleo é onde se localiza a sede do Município de Santa Luzia. O último, localizado a 20 km da sede de Rolim de Moura, na linha 184, sentido Norte (Rolim de Moura BR-364), foi invadido por agricultores, que se instalaram em áreas de 500m x 2.000 (100 ha), nos moldes do loteamento do Setor Rolim de Moura e do PIC GPN. Terminou-se por reconhecer as ocupações, proceder à demarcação oficial e regularizar.

Conforme podemos perceber, o Núcleo urbano do futuro município de Rolim de Moura surge devido a ação dos próprios colonos-cacaieiros, levando o INCRA a reconhecer o local como área urbana e demarcando e dividindo os lotes.

O Nome desse setor do PIC Gy-Paraná era denominado Rolim de Moura. A cidade passa a ser chamada de Rolim de Moura. Não há dúvida que esse nome é uma homenagem ao primeiro governador da antiga província do Mato Grosso – Dom Antônio Rolim de Moura Tavares[10].

Conforme as pesquisas de Carneiro (2008), a homenagem foi feita pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, denominando de Rolim de Moura um rio (atual Rio São Pedro) que fica na divisa entre Cacoal e Rolim de Moura, no início do século XX, quando abriram uma picada que se transformou posteriormente na BR

[10] Capitão General, primeiro Conde de Azambuja, Marechal de Campo e Vice-rei do Brasil (1709/1782). Foi indicado pelo rei D. João V para exercer o cargo de primeiro governador da capitania de Mato Grosso, conforme a carta régia de 22 de setembro de 1748, tomou posse no dia 14 de janeiro de 1751. Conforme a referida carta, D. Antônio Rolim de Moura ficaria no governo por um período de três anos. Segundo Rubens de Mendonça, historiador de Mato Grosso, o nobre português manteve-se como governador da referida capitania durante o período de 1751 até 1764.Tão logo D. Antônio Rolim de Moura tomou posse, tratou de elaborar um plano de defesa para expulsar os espanhóis. Como representante do rei, cabia ao governador garantir a soberania portuguesa, além de promover o desenvolvimento e a integração da região que compreendia desde o Mato Grosso até o Madeira-Guaporé. Coube também a Rolim de Moura criar a capital da capitania de Mato Grosso: Vila Bela da Santíssima Trindade, fato ocorrido em 19 de março de 1752. Durante sua gestão foi construído o Forte de Nossa Senhora da Conceição e um Posto Militar em Pedras Negras, uma aldeia que recebeu o nome de São Miguel de Lamego na margem direita do rio Guaporé. Após governar a capitania de Mato Grosso por mais de 13 anos, Rolim de Moura recebeu do rei a Comenda de Cristo, o título de Conde de Azambuja. Em 1764, foi substituído pelo seu sobrinho João Pedro da Câmara, e transferido para a capitania da Bahia, onde permaneceu no cargo entre os anos de 1767 a 1769, durante esse período, o rei concedeu-lhe o título de Vice-rei do Brasil. Na Bahia, dedicou-se na fortificação do litoral, deixando o vice-reinado em novembro de 1769.

364. “Dessa forma, o nome do município origina-se do nome da extensão do projeto (PIC Gy-Paraná, Extensão Rolim de Moura). E o nome da extensão do projeto se deve ao nome do rio, sendo que o nome do rio foi homenagem de Rondon a D. Antônio Rolim de Moura” (CARNEIRO, 2008, p.146).

IMAGEM 2 - DOM ANTÔNIO ROLIM DE MOURA TAVARES

Fonte: www.afotorm.com.br : acesso em outubro de 2017

Segundo Santos (2001, pg.132) os migrantes que ocupam e fundam Rolim de Moura eram em sua maioria esmagadora de origem sulista, sendo 91,37% oriundos Paraná, sendo seguidos por capixabas e mineiros. Essa afirmativa de Santos é confirmada em nossa pesquisa, pois de todos os cacaieiros entrevistados apenas um não veio do Estado do Paraná.

Com a política oficial de distribuição de terras de 1976 a 1979 concretiza-se sua colonização e ocupação. Posteriormente Rolim de Moura manteve[11] sua estrutura fundiária no padrão estipulado pelo INCRA, com lotes de 100ha, fator importante para a não existência de concentração de terras pelos latifundiários. Isso

[11] Mesmo com desmembramento dos lotes originais em porções de terras menores o município ainda mantém boa parte dos loteamentos feitos pelo INCRA no final da década de 1970.

ocorreu justamente devido a ação dos cacaieiros na região, que ocuparam as terras de forma a não permitirem que ocorresse a grilagem pelos grandes proprietários de terras, como ocasionada em outras regiões de Rondônia. Um fator importante a ressaltar, é que essas peculiaridades no processo fundiário é resultado direto das relações entre o modelo distributivista e associativo dos colonos oriundos do sul do pais.

> A combinação do modelo distributivista de colonização com a tradição associativista dos imigrantes sulistas explica o ímpeto local da auto-organização. Rolim possuía em 1994 cerca de vinte e três associações rurais lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (quatro mil filiados em 1997). Além disso, a Associação dos Produtores Rurais de Rolimourenses de Ajuda Mutua (APRURAM). (SANTOS, 2001, pag. 136)

Esse papel associativo esteve presente desde a chegada dos primeiros cacaieiros, que se ajudavam tanto nos trajetos dentro da floresta, quanto nos trabalhos em seus lotes. A região se desenvolve a princípio pela própria mentalidade dos colonos, ou pelas suas experiências anteriores no campo. A experiência do camponês sulista tem um grande vínculo com a propriedade familiar da terra, obtendo assim uma maior facilidade no trato com as relações capitalistas de produção. Desmatar, utilizar todo potencial da terra sem muitas vezes se importar com as consequências disso. Por outro lado, os migrantes principalmente da região nordeste, que segundo Santos (2001, p. 138) “é oriundo de uma cultura de latifúndio e escravismo, cuja a relação com a terra em geral sempre foi a de posse, nunca a de propriedade”.

Mesmo tendo essas características capitalistas da propriedade privada da terra, esses migrantes que colonizam a região de Rolim de Moura, eram em sua maioria expropriados e marginalizados em suas regiões de origem, dentre eles os cacaieiros.

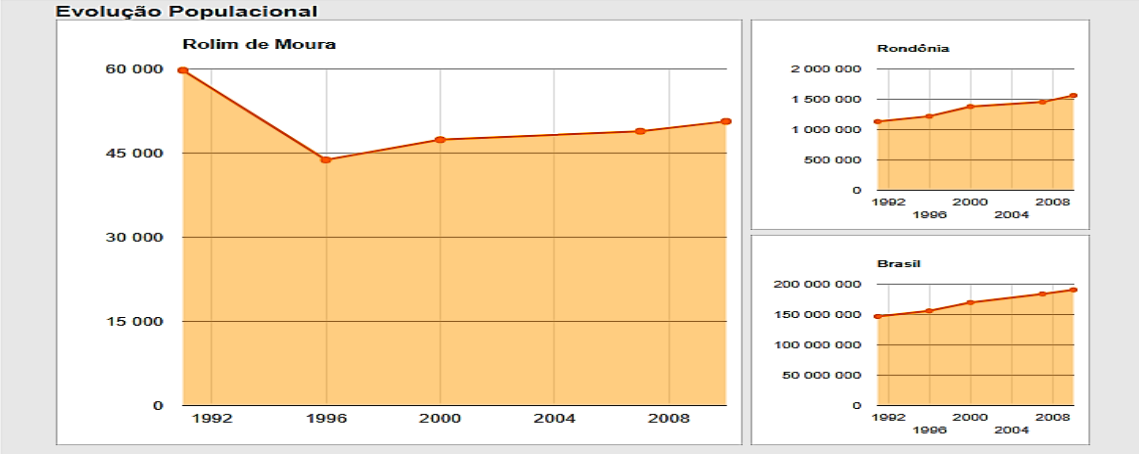
A emancipação política e territorial de Rolim de Moura ocorreu em 5 de agosto de 1983, sob o Decreto Lei nº 071. Sua instalação ocorreu em 9 de novembro de 1984. Com a emancipação política, as cidades de Santa Luzia D’Oeste, Cacaieiros (atual Novo Horizonte do Oeste) e União da Vitória (atual Castanheiras) passaram a pertencer ao município de Rolim de Moura, sendo desmembradas posteriormente (JANUARIO, 2009).

Em 1986, a porção sul do município foi desmembrada para a criação do município de Santa Luzia pela Lei nº 10 de 11/05/86. Em 13 de fevereiro de 1992, o município, mais uma vez, teve sua área territorial reduzida, na porção oeste, para a formação do município de Cacaieiros (Novo Horizonte do Oeste), pela Lei nº 365/92, e na porção norte, União da Vitória (Castanheiras) pela Lei nº 366/92. Isso fez com que o município perdesse mais da metade de sua área inicial, que era de 3.711km. Hoje Rolim de Moura conta com apenas 1.537km.

3.2. Rolim de Moura: a capital da Zona da Mata de Rondônia

Atualmente, o município de Rolim de Moura é o principal polo de uma microrregião com onze municípios[12]. O município situa-se a 477 km da capital Porto Velho e abriga 62.017 habitantes[13], sendo o 6º município mais populoso do Estado.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE ROLIM DE MOURA



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010,

Com o desmembramento de sua área territorial, Rolim de Moura teve um decréscimo da sua população. No auge do período madeireiro na região, estipulava-

[12] Rolim de Moura além de ser considerada a capital da Zona da Mata de Rondônia, também é a cidade polo mais desenvolvida de uma microrregião formada pelos municípios de: Alta Floresta D´oeste, Alta Alegre dos Parecis, Castanheiras, Costa Marques, Nova Brasilândia D´oeste, Novo Horizonte D´oeste, Parecis, Santa Luzia D´oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. (SANTOS, 2001)
[13] Projeção do IBGE para 2017.

se um fluxo de mais de 100 mil pessoas na região, onde cerca de 60.000 moravam no município.

QUADRO 1 - População de Rolim de Moura

PERÍODO	TOTAL DE HABITANTES
1991	59.751
1996	44.738
2000	47.382
2007	48.894
2009	50.499
2010	50.648
2013	55.357
2017	62.017*

Fonte: Dados do IBGE 2007/2009/2010/2013/2017*

Em relação a sua localização geográfica, Rolim de Moura situa-se na porção Centro-Sul do Estado de Rondônia entre os paralelos de 11º35’04,9”e 11º 52’ 18,6” LS (Latitude Sul); e 61º54’44,8” e 62º05’25,7” LnW (Longitude Oeste). O município limita-se com: Castanheiras e Cacoal a Norte (Nordeste); Santa Luzia D´oeste e Alta Floresta D´oeste ao Sul; Pimenta Bueno e São Felipe dos Parecis a Leste; Novo Horizonte a Oeste (JANUARIO, 2009).

IMAGEM 3 - Limites do município de Rolim de Moura

Fonte: mapsgoogle@2017

O município de Rolim de Moura está a 250m de altitude média e possui um relevo pouco acidentado, com ocorrência de florestas, campos e cerrados (SANTOS,

2001). Sua bacia hidrográfica faz parte da Bacia do rio Ji-Paraná. Ela é formada pelos rios: Anta Atirada, Palha, Bamburro e São Pedro (Rolim de Moura), todos eles afluentes do rio Ji-Paraná em sua margem esquerda.

Nas últimas décadas Rolim de Moura passou por um importante processo de urbanização, alavancando os índices econômicos, principalmente o setor de serviços, que atualmente é o setor que mais gera empregos.

Descrição: cruzamento das Avenidas 25 de agosto e Norte Sul (linhas 184 e RO-010) 1977. Fonte:www.afotorm.com.br acesso em outubro de 2017.

Descrição: centro de Rolim de Moura em 2016, cruzamento entre as Avenidas 25 de agosto (RO-010) e Norte Sul (linha 184). (Acervo pessoal)

4. NA TRILHA DO FORMIGUEIRO: OS CACAIEIROS EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA

> Então a trilha do cacaio nóis chamava de **formigueiro...** andava nas picada e entraram na frente de todo mundo. Esses cacaeiro foram os responsável pela colonização da região de Rolim de Moura, de Alta Floresta, Alto Alegre, Santa Luzia, Brasilândia. Então..., foi **formigueiro** que a gente falava né, que botava filas assim de 30, 40 homens, assim enfileirado um atrás do outro cada um com seu cacaio. Cada um indo pra uma direção só.. um ficando e o outro ia mais pra frente, outro mais pra frente, o outro três tantos mais longe do que aqueles. Então pegava desde o Abaitará até na região de Brasilândia. Era muita gente. Ali não parou.
>
> Mauro Miranda de Souza

Os migrantes cacaieiros chegaram a Rondônia durante a década de 1970, nunca tinham ouvido falar do objeto no qual hoje são denominados. Quando perguntado se já havia visto um cacaio, ou um cacaieiro antes de se tornar um, esses migrantes responderam: “Não! Nada! Antes não tinha nem visto ninguém. Via burro carregando carga, mula, mas... gente, nunca tinha visto assim, carregando carga” (SOUZA, 2016); “Nunca! Só fui saber o que era quando precisei por um nas costas” (GENEROSO, 2017).

Como expressa bem a epigrafe inicial, era um formigueiro humano com imensas cargas sobre as costas, enfrentando toda sorte de dificuldades, embrenhando-se pela floresta em busca de um pedaço de terra[14].

Esses cacaieros em sua maioria tinham uma origem comum. Camponeses em busca de um pedaço de terra. Vieram pra Rondônia atrás de sonho com suas famílias apesar de todas as dificuldades para aqui chegarem. Durante as entrevistas nos relatam o porquê de virem para Rondônia:

> Nasci no Paraná, e vim pra Rondônia em 1976, em abril. Vim atrás de terra, pois a vida estava muito difícil lá. Fiquei sabendo que o

[14] Esse fenômeno não ocorreu apenas no processo de colonização de Rolim de Moura e na Zona da Mata, mas em várias partes do Estado, como no trajeto de Vilhena para Colorado do D”Oeste.

governo tava dando terras aqui e vim. Meses depois voltei com toda a família. (GENEROSO, 2017)

Sou nascido em Minas, não conheço nada de Minas e vim pro Paraná com dois anos de idade. Aos doze anos eu saí do Paraná e vim pra Rondônia. E chegando aqui a gente também, como filho de roceiro trabalhava em fazenda no Paraná e viemos pra Rondônia em busca de terra. Tinha a propaganda do governo, mas tinha as pessoas que vinha olhava, gostava, chegava lá e fazia o maior comentário, dizendo que a terra era boa, um estado muito farto de terra pra todo mundo, fácil de conseguir a terra, só ter vontade andar porque tinha que andar atrás, porque se ficasse esperando ninguém ia trazer a terra pra gente, né. Então era assim...a propaganda em si que era levada de boca a boca, além do rádio. E aí é onde o pessoal comentava, pessoal que vinha gostava... tinha gente que vinha, tinha lavouras boas lá, fazia a meia dele lá e vazava embora. Porque o interesse era muito grande em conseguir um pedaço de terra. E muitos pobres que vieram do Paraná em busca de terra, se deu bem. Aí gente veio morar no sitio. (GOMES, 2016)

Meu nome é Mauro Miranda de Souza, nasci em 24/02/1961 na cidade de Bela Vista do Paraiso no Paraná. E fiquei vivi ate meus 16 anos no Paraná, depois vim pra Rondônia. Correndo da falta de terra que a gente tinha. Era uma família grande, eu meus irmãos e a terra era muito pequena...então tava difícil a sobrevivência. Ai, viemo tentar a sorte no Mato Grosso, onde o INCRA também tinha um o projeto de loteamento. Nós chegamos lá tarde demais, não conseguimo. Tinha esgotado as parcela de terra que ia ser entregue pro povo, né? Pros trabalhadores. Ai a gente mudou de ideia e veio pra Rondônia. Ai, conseguimos terra em 1977. (SOUZA, 2016)

Meu nome é Martin Klein, nasci em Curitiba no Paraná e cheguei em Rondônia em 1976. Vim direto pra Rondônia, e vim a fim de pegar terras. (KLEIN, 2017)

Eu sou de 1948 e meu documento está 1946. Nasci em Pato de Minas. A primeira vez que ouvi falar estava em Lua Nova, Goiás. Vendi tudo que eu tinha lá e vim parar aqui, já casado e com os 6 filhos. Cheguei aqui em 1976 com meus dois irmãos, O Valdivino e o Sebastiao, todos os dois são falecidos. Sou fundador velho, o compadre Arlindo, da sanfona, chegou primeiro, 6 meses só. Eu entrei nessa mata, nessa frente aqui primeiro que ele. (Geraldo Paulo Filho in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N da. 2017, p. 82-83)

Meu nome é Roque Augusto dos Santos, pai de 12 filhos e tenho 69 anos. Nasci em Gandu no Estado da Bahia. Vim para São Paulo em 1972, morei 14 meses na região de Assis Sorocabana. Sai pro Paraná, Icaraíma e vivi até 1976. De lá eu vim parar aqui. Eu vim do Paraná em 9 de novembro de 1975. Eu cheguei em Cacoal em um caminhão com 4 famílias. Eu vim de curioso para conhecer a Rondônia, eles vieram em busca de terra. (Roque Augusto dos Santos in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p. 103)

> Nasci no Espirito Santo, Agua Doce do Norte, vim pra aqui, mas primeiro morei do Mato Grosso do Sul, mas não conseguimos terra. Ficamos 13 anos la. No dia 10 de julho de 1976 eu vim pra cá. Fiquei sabendo por um amigo que aqui quem chegava conseguia terra. (SILVA, 2016)

Além da busca pela terra, tornam-se os pioneiros da região. Benedito Generoso foi o primeiro cacaieiro a chegar onde se encontra a linha 184. Ele e sua esposa Mara, junto com seu filho Marcos, que foi carregado em um cacaio por sua mãe dentro das picadas na floresta, pois só tinha um ano de idade. Foram os primeiros a chegar onde hoje e a área urbana de Rolim de Moura. Benedito também confirma: “Foi a força do povo cacaieiro que fundou Rolim”. Foram eles, os cacaieiros, os primeiros a chegar em Rolim de Moura,

> Foram os cacaieiros! Todos que vinham nas marcação de terra que tinha... ai as vezes se ajuntavam duas três pessoas pra vir junto, dois três parceleiro... e aqueles que não conhecia ninguém se arriscava sozinho, fazia amizade nas picadas né... alcançava outras pessoas, ou nos pontos de descanso alguém alcançava e seguia junto. Sempre andava bastante gente, né. (SOUZA, 2016).

Havia muita solidariedade, como expressa bem o entrevistado. Os Cacaieiros se ajudavam, caminhavam juntos, muitas vezes era necessário socorrer alguém que adoecia, que se machucava ou não conseguia atravessar uma pinguela.

A história apresenta vários “pioneiros” como os primeiros a chegar no território que se transformou no município de Rolim de Moura. Entre eles, a maioria são os primeiros comerciantes que se transformaram na classe dominante local. Hoje em Rolim de Moura, quando se comemora o aniversário da cidade há homenagens aos Cacaieiros e entre os que se autodeclaram Cacaieiros nem todos o foram. Perguntamos aos entrevistados os nomes dos primeiros Cacaieiros.

> Durval Rastero, Carlinhos Rastero na linha 188, o Martin Klein da linha 180, o Elizeu, genro do Durval Rasteiro, o Dito Generoso, o Zé Capixaba, o Elenildo Capixaba, Edmilson Capixaba da esquina da 192, o Renive e o Santino da linha 1984, Joaquim Miranda, Luiz Preto, Zé Moreira, Elias Moreira, na linha 176, e muito outros, não dá para citar todos. (SOUZA, 2016).

São centenas e seria injusto fazer uma relação de nomes, pois a maioria seria excluída. Aparecem como pioneiros na galeria de fotos divulgadas pela prefeitura os comerciantes que chegaram bem depois.

Para os entrevistados, os Cacaieiros são os verdadeiros pioneiros, pobres, anônimos, que definiram um espaço territorial de colonização e urbanização em meio à extensa floresta.

> Eles são os verdadeiros pioneiros. Na minha opinião se não fosse os Cacaieiros, hoje aqui seria só fazenda, ou, porque o grande ia acabar conseguindo né, através do INCRA... ia acabar conseguindo, ia emendando sítio com sítio e ia ser só fazenda". (SOUZA, 2016).

> Esse povo foi o desbravador, que botou a cara na mata, encarou cobra, encarou onça, caindo dentro de rio, foi ele que começou tudo isso aqui. (GOMES, 2016)

O entrevistado tem razão, em afirmar que os Cacaieiros foram importantes no processo de distribuição de terras e no desbravamento da região. Esse foi um fenômeno importante, porque garantiu uma equitativa distribuição de lotes, tanto por meio do PIC Gy-Paraná, quando de novos PAs que surgiram posteriormente em que a situação se repetiu com os milhares de migrantes que paravam de chegar de todas as regiões do país. Rolim de Moura foi um dos poucos municípios do Estado que teve todo seu território distribuído em lotes para os camponeses. Não havia latifúndios em toda a extensão do município. Hoje essa realidade mudou com o avanço do agronegócio e muitas pequenas propriedades foram vendidas para uma única pessoa, formando os minifúndios.

Mas como foi o início da saga da saga desses cacaieiros ao chegarem a Rondônia? Como era o cotidiano desses cacaieiros? Quais as rotas faziam com seus cacaios? Quais eram as maiores dificuldades? Veremos essas questões nas próximas subseções.

4.1 A rota do cacaio

Os cacaieiros saiam de Cacoal ou Pimenta Bueno até Rolim de Moura. Havia a rota que saia de Cacoal onde normalmente se ia de carro até a fazenda Castanhal, e a partir de então começava a caminhada floresta a dentro. Atravessava-se o rio Ji-Paraná (Machado) e seguia uma trilha tortuosa e de muitos obstáculos, o que levava um período maior de caminhada. O segundo trecho já em linha reta era feito mais

rapidamente. Esse trecho começava hoje onde é o trevo de entrada para a cidade de Castanheiras, bifurcação entre a RO-479 e RO-267.

À época, como explicam os cacaieiros, havia apenas picadas. Posteriormente, o INCRA fez a demarcação das linhas. A cada quatro quilômetros há uma linha vicinal, que possui 16 km ou mais. O Município de Rolim de Moura na atualidade possui 14 linhas vicinais. Antes da emancipação dos distritos de Nova Brasilândia, Novo Horizonte, Castanheiras, Santa Luzia e Alta Floresta, a área de Rolim de Moura possuía um grande número de linhas vicinais.

A partir daí já havia as demarcações do INCRA, onde os cacaieiros procuravam suas terras.

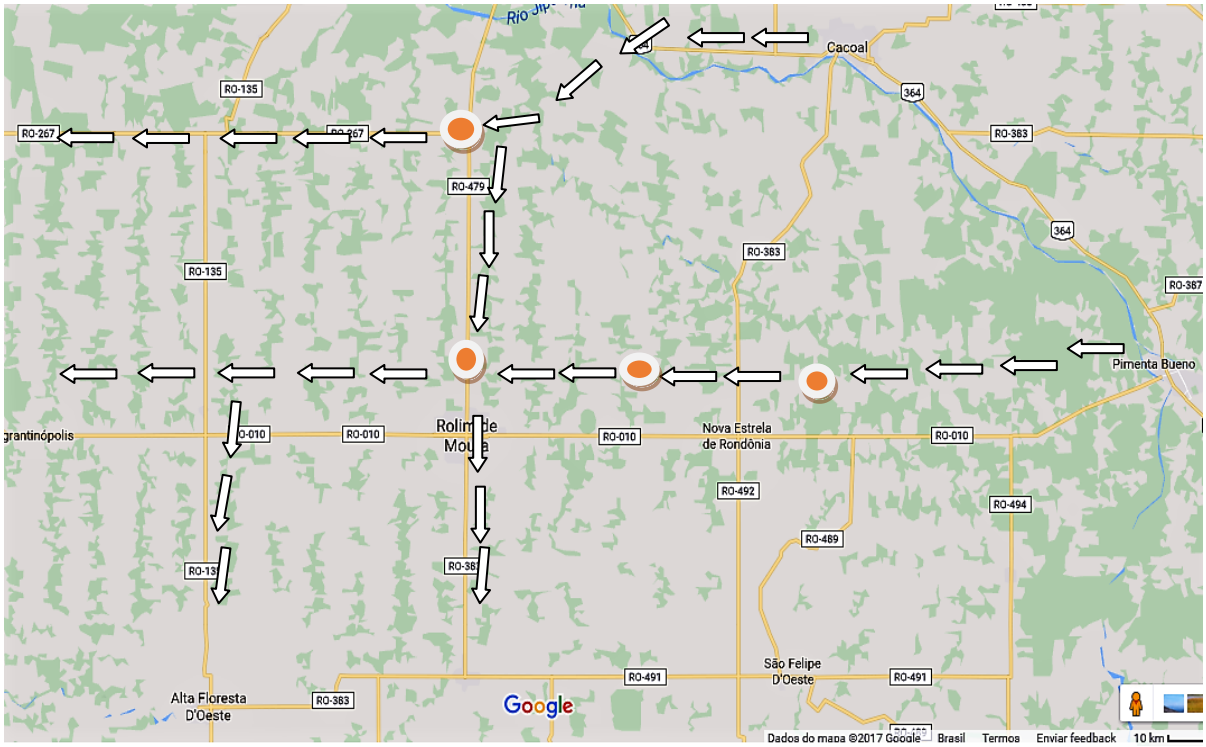
> A rota era do centro comercial, onde se compravam os mantimentos, ferramentas e combustível para moto serra, até a propriedade. No meu caso, fazia compras em Cacoal atravessava o Rio Machado, ia até o Rolim de Moura pela hoje linha 184. A primeira impressão ao adentrar a floresta foi de um mundo novo tudo para se fazer. (KLEIN, 2017)

Outra rota feita pelos cacaieiros começava em Pimenta Bueno, onde podia se pegar uma carona ou mesmo a pé seguir até Rolim de Moura. Em 1976 já havia estrada até o Abaitará. Dali em diante o percurso era feito a pé com os cacaios nas costas. Em 1977 a estrada chega até a linha 208 – hoje Nova Estrela, distrito de Rolim de Moura -, pouco tempo depois a estrada chega até a linha 200, local chamado de "**os tambor**", devido os tambores deixados pelas empresas encarregadas de abrir a estrada. Ali se formou o primeiro núcleo populacional, ponto importante de parada dos cacaieiros como nos relata um dos cacaieiros:

> Eles ajuntaram as caçambas, caminhão velho, jipe, porque naquele tempo o que rodava era jipe, encheu de gente e nós nos mandamos por Pimenta, viemos até nova Estrela. (...) tinha uma empresa, por nome de Pietá, fazendo o desmatamento do picadão até em Nova Estrela. (...) eles nos deixaram no Anestounio Joao, pousamos lá. (...) no outro dia nós tomamos o caminho. (...). Conforme formos chegando, quem era da 208 se aproximava, quem era da 204 de aproximava, quem era da 96 se aproximava, 92 era o meu caso, quem era pra frente ia seguindo e a fila ia diminuindo, porque era 10 km, 10 km para lá da 25. (Roque Augusto dos Santos in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p. 105)

Além dos pontos de parada onde já se tinha povoamento, as paradas eram feitas no meio da floresta “os pontos de parada era a canseira que determinava” (SOUZA, 2016), achava-se um local onde se montava acampamento, armava-se as redes e descansavam para seguir a viagem no dia seguinte.

IMAGEM 4 - Rota dos cacaieiros



Fonte: googlemaps.com

Souza (2016) explica que: “Os primeiros percursos a gente fez por Pimenta Bueno. A gente vinha de carro até no projeto Abaitará. Ai depois era a pé até Rolim de Moura. Até no sítio”. Segundo o entrevistado era mais ou menos um dia e meio de caminhada. Se a vinda fosse por Cacoal era um pouco mais distante: “Por Cacoal era só picada. A gente descia de Cacoal até o posto Castanhal de carro e depois era a pé até Rolim de Moura” (SOUZA, 2016). Quando saiam de Cacoal se caminhava a partir do Castanhal por uma picada até o km 18 da linha 184 que nem sabiam ao certo quantos quilômetros: “Aí eu não tenho nem ideia sabe! Porque quando a gente chegava já na linha 184, ali era linha reta pra gente acabar de chegar. Mas lá não era cheio de curva, de desvio, aí não pra gente falar certo (...). Ela saia no km 18, da 84. Saia na fazenda do Josino Brito” (SOUZA, 2016). Gomes (2016) é mais preciso:

> E nessa viagem, a gente fez essa primeira viagem com eles. E essa primeira viagem continuou por vários anos. Inclusive, a gente andava em média 70 km de a pé, 35 km era na picadinha dentro da mata, sem ter sequer um auxílio de nada a não ser a proteção de deus.

O cacaieiro explica que pela pequena estrada aberta pelos madeireiros às vezes tinham oportunidade de pegar uma carona, mas que nem sempre compensava devido aos atoleiros:

> Tirando disso, 30 km a 35 km a gente pegava carona com caminhão toreiro. Às vezes quando dava certo, às vezes não, né. E outras vezes a gente também pegava uma carona que praticamente nem compensava, porque você andava 5, 6 km o caminhão atolava você não ia deixar o cara sozinho. Você não ia abandonar o cara. Ai o que que acontece? Se tinha que ficar ali dentro barro com a enxada rapando ali o barro do pneu do carro, pra ajudar o cara sair. Ele saia andava dois, três km e atolava de novo. Você tinha que tá junto, às vezes você perdia mais tirando o carro do barro, do que andando de a pé. (GOMES, 2016)

Mesmo com essas dificuldades essas situações eram vistas como uma grande ajuda:

> Mas muitas vezes era bom, ajudava a gente bastante. Quando a gente às vezes, na época do sol, época da seca que a gente fala, a gente então tinha o prazer de pegar uma carona e andar 40, 45km de boa, tranquilo, rendia a viagem, a gente chegava mais cedo. Quando não pegava carona, principalmente na época da chuva, a gente tinha uma dificuldade muito grande em viajar nesse trajeto. Por que? A gente gastava média de dois dias pra fazer 70km. Dois dias, dois dias e pouco, se chovia muito que não tinha carona, era muito sofrido. Mas era um sofrido que era bom, era gostoso. Mas hoje com a idade que tenho hoje já não tenho mais coragem de fazer novamente. (GOMES, 2016)

As dificuldades impostas pela floresta e pelo clima eram obstáculos nos quais os cacaieiros deviam enfrentar para tomar posse e manter sua terra. Dependia onde estava sua marcação as distancias eram maiores nas longas jornadas feitas a pé com o cacaio nas costas como nos conta os cacaieiros da época:

> Para chegar na BR era 23km, hoje é 13km, por que é em linha. Naquele tempo era 23, e era a pé, não tinha conversa (...). Cansei de atravessar aquele rio com agua por aqui (coloca a mão no tórax), que a agua transbordava pro outro lado do rio e não tinha outro caminho para a gente passar. Quando estava com muita agua era até melhor de andar que quando era só na lama, porque na agua firmava mais, na lama escorregava. (José Alves da Silva in SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da., 2017, p. 98).

> Não tinha nada de estrada. Eu saia daqui, indo pelo canto da divisa, para Cacoal, passando pelo Clodoaldo e descia BR, 46 km. Nós fazíamos isso no pé para buscar o pacotinho de sal, latinha de óleo, sabão, o que fosse necessário, a latinha de querosene, óleo diesel, que a gente queimava. (Roque Augusto dos Santos in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da.2017, p. 106)

> (...) cruzando o rio cheio de agua, caia dentro do rio uma vez. Dificuldade imensa, imensa, imensa. Então, a gente ia cruzando mato, passando em picada e enfrentando buraco tampado das estradas. Você ia cortar a volta, perdia a picada, tinha que voltar novamente. (Darcy Domingues da Silva in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p. 150)

Como podemos notar havia variações nas distancias percorridas. Onde já havia uma maior densidade de cacaieiros as trilhas já estavam estabelecidas e que, com o passar do tempo, foram utilizadas para a abertura de estradas. Estradas essas feitas por madeireiros e posteriormente pelo governo. Do ano de 1976 ao ano de 1978 existiam somente as trilhas e alguns trechos de estrada feita pelos madeireiros. Então, tudo que entrava e saia da região, ou seja, mantimentos, armas, produção, tudo era levado nos cacaios durante esse período. O percurso com o cacaio nas costas também dependiam de seu peso, pois quando estavam cheios de mantimentos a viagem poderia durar até três dias.

> Quando saia da propriedade sem peso para carregar indo de Rolim de Moura para a BR 364 andava 40 Km em 12 horas, o retorno com o cacaio nas costas levava até três dias, para fazer o trajeto BR 364 - Rolim de Moura, fiz essa viagem inúmeras vezes por dois anos. (KLEIN, 2017)

Perguntados sobre as maiores dificuldades no percurso responderam que era o peso do cacaio. Mas também os atoleiros, atravessar os rios, a falta de alimentos, as bolhas nos pés, o risco de animais peçonhentos.

> A maior dificuldade era, em primeiro lugar, o peso que a gente carregava né, dos alimento que a gente tinha que trazer, a chuva, a travessia dos rio, alagamentos dos rio, a gente tinha que atravessar as vezes meio nadando, meio, de pinguela, atravessava... pegava barco duas vezes, três vezes até pra atravessar. (SOUZA, 2016)

> A gente chegava assim né...aí quando acabava a estrada o que você via aquela matona escura assim, só aquele buraco assim no meio da mata que era a picada né. Você só via aquele buraco assim, depois que você entrava ali dentro, algum lugar ali você achava um clarão,

> onde tinha uma derrubadinha ali. No mais a sombra da mata. (GOMES, 2016)

O peso do cacaio realmente era uma grande dificuldade, pois ali se carregava tudo aquilo que se precisava para sua sobrevivência. No cacaio “se carregava coberta pra se cobrir, rede pra dormir, às vezes ferramentas, panela, alimento geral, remédio, arma que a gente ia trazer” (MAURO, 2016); “ali ia de tudo, o arroz, o óleo um charquinho, linguiça, sardinha, carne de massa enlatada, gasolina, motosserra. Ah, meu deus do céu! Tudo nas costas” (Francisco Domingos Silva in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da., 2017). A alimentação que traziam era em geral o arroz, feijão, Charque ou jabá, farinha, óleo, enlatados, sardinha seca, açúcar e café.

> O cacaio quando você ia, você saia com uns 20 kg, você andando, andando, quando chegava um certo ponto a canseira era tanto que quando você tirava o cacaio das costas você parece que ia voar, ficava tão leve assim que você saia assim pensando que ia voar de tão leve que ficava o corpo da gente. (GOMES, 2016).

> O que me acabou mais rápido foi o tal do cacaio. Eu carreguei muito cacaio (...) até a boca da linha dá 45 km. Assistência que a gente dava no lote era de cacaio, jogava o cacaizinho nas costas e a pé na estrada. A gente sente sempre uma dorzinha aqui, uma dor ali e foi de cacaio. Teve vez de eu sair daqui com um cacaio pesado de a pé, na picada, chegava tinha que vir buscar gasolina e o motosserra, era outra jornada. Era sofrido demais!. (Francisco Domingos da Silva in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da., 2017, p. 122)

> Eu carreguei cacaio de 60 kg de carga nas costas, lá da 364. Nesse tempo eu estava com 98 kg. Hoje, eu peso só uns 76kg, perdi meu peso, de malária que nós sofremos aqui. (Geraldo Paulo Filho in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da., 2017, p. 86)

> Muito pesado para você carregar, sofrimento danado, você passando por dentro da água, aqueles córregos maior... eles derrubavam uma árvore (pinguela) para passar por cima. Eu não tenho vergonha de dizer, eu não conseguia passar assim andando na pinguela, daí eu sentava em cima e saia arrastando com o cacaio nas costas. (MARQUES, 2016).

Quando chegavam ao destino, os pés estavam cheios de imensas bolhas. Mal recuperavam os ferimentos, já era hora de retornar pela trilha novamente para buscar alimentos e visitar a família. As travessias dos rios eram sempre bastante

complicadas. Quando vinham na rota Cacoal atravessavam o rio Machado, o São Pedro e o Anta atirada. Atravessavam de barco, pagando o barqueiro.

Eles faziam esse trajeto por muitas e muitas vezes. Perguntamos quantas vezes fizeram esse percurso de cacaio:

> É...foi muitas vezes. Aí é até difícil de eu te falar, hein! Foi muitas vezes. Foi de 77 até 78, 79. Em 78 já chegou uma estradinha até no Anta né. Então no tempo da seca, vinha de carro, de picape, picape willis, que fazia a linha na época, pra carregar gente, era os picapeiro que se falava né. Então a gente pagava as passagem e vinha naquelas picape. Só quando tava seco, porque depois quando chovia, era atoleiro, ponte rodada, só pinguela pra passar em cima, tinha que fazer muitas vezes a pé. (SOUZA, 2016)

> Ah! Fiz até abrir as estradas. Foram muitas vezes. Quando não ia pra buscar mercadoria pra mim mesmo, ia fazendo diária pros outros com o cacaio nas costas até Cacoal. (GENEROSO, 2017)

Perguntados se caçavam durante o trajeto com seus cacaios, os entrevistados disseram que caçavam muito, pois era a fonte principal de alimento dos cacaieiros: “Demais né! A gente caçava, a gente tinha que se alimentar né, e a carne a gente tinha que conseguir na caça né” (SILVA, 2016).

Descrição: Cacaieiros em Rolim de Moura, 1978. Na foto, Mauro Miranda de Souza e Joaquim Miranda de Souza, ao centro. (Acervo pessoal)

As histórias contadas pelos cacaireiros sobre as viagens são cheias de dor e sofrimento, mas também há acontecimentos engraçados, de caçadas, sustos, quedas, etc. Numa das viagens um grupo estava sem nenhuma faca ou canivete e passaram fome o dia todo com o cacaio cheio de latas de sardinha que não conseguiam abri-las. Davam nomes engraçados aos alimentos, como a sardinha seca e salgada que chamavam de "**pior sem ela**". Os alimentos mais consumidos eram farinha, charque, sardinha, carne de bicho do mato moqueada e salgada. Arroz e feijão se comia apenas no barraco do lote.

Dentre os relatos dos Cacaieiros, entre as maiores dificuldades, estava o grave problema das doenças tropicais como a malária. Havia à época poucos agentes de saúde na região, situação que agravava pela distância de Cacoal e pela dificuldade no transporte.

> Teve uma vez que ajudei passar 173 pessoas indo daqui para Cacoal, para tratar. Eu sofri 73 malárias, quando não era *falciparum*, era *vívax*. Enquanto tive dinheiro eu gastei, foi só o dinheiro acabar e a malária acabou também. A malária foi feia, teimei aqui com 6 filhos, tirei tudo doente na cacunda pra tratar. (Geraldo Paulo Filho in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p.86)

> A malária só faltou acabar com nós. Eu andava na picada para sair no travessão da linha, vinha fazer uma lamina, quando chegava em casa tinha outro deitado, tornava a voltar, levava a lamina e o resultado, e trazia a outra lamina para outro, que estava deitado. Sofri que só "sovaco de aleijado"! (Francisco Domingos da Silva in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p. 121)

Existia uma rede de ajuda mutua entre os colonos infectados, que conversavam sobre a malária: **"Olha, eu tomei até a última dose do quinino e não cortou esse trem", "Oh! Para cortar malária não tem como o comprimido de mandioquinha", "olha quando acabar a cartela fica esperto na hora que der uma febrona, faz outra lamina e pega outra cartela"** (grifos nossos). Essas trocas de informações ajudavam na recuperação e no tratamento da malária.

Mesmo depois da formação do povoado em Rolim de Moura o problema ainda causava muito temor, e não havia a assistência necessária como nos relatos dos cacaieiros: "O principal problema era a malária, né? Aí tinha uns postinhos numas casas, que atendia. Era os caras da SUCAM, com os remédios, que era o

quinino, o mais conhecido que a gente tomava. Então o maior problema era a malária. Eu mesmo passei 14 vezes com malária" (SOUZA, 2016). A SUCAM não conseguia tender a todos, pois havia epidemia. "Só tinha em algumas casas que eles atendiam, que sempre ficava o pessoal da SUCAM. Às vezes saiam passando veneno nas casas, mas tinha o local deles ter o postinho, ficava um com atendimento, com o remédio" (SILVA, 2016). Segundo os entrevistados só passou a ter posto de saúde quando avançou o povoamento: "Quando começo povoar foi instantaneamente, a cidade foi desenvolvendo, aí já tinha o posto da SUCAM, um local para pegar o remédio. Já faziam o exame também. E antes eles já davam o remédio até sem o exame. Com sintoma já tomava" (SOUZA, 2016).

As primeiras farmácias ofereciam o tratamento básico de doenças como a malária e a leishmaniose, que é uma doença infecciosa, porém, não contagiosa, causada por parasitas do gênero Leishmania. Há dois tipos de leishmaniose: leishmaniose tegumentar ou cutânea e a leishmaniose visceral ou calazar. A leishmaniose tegumentar caracteriza-se por feridas na pele que se localizam com maior frequência nas partes descobertas do corpo. Esse tipo era o mais comum na época e se apresentavam como imensas e profundas feridas que iam avançando pela carne afora, enquanto liberavam um líquido mal cheiroso proveniente da intensa infecção. Os camponeses chamavam a leishmaniose de "Manhosa", fazendo alusão aos aspectos da ferida. Havia muita solidariedade e ajuda mútua entre as pessoas na árdua batalha pela sobrevivência. Conforme os depoimentos as primeiras farmácias foram: do Moacir, do Capixaba, da Toninha e do Tadeu. Estes faziam curativos, pequenas cirurgias, aplicavam soros com medicamentos para a cura de malária, etc. Conforme os relatos, as farmácias vendiam fiado sem promissórias, apenas na confiança (anotavam o nome num caderninho).

A Malária não foi exclusividade da região de Rolim de Moura, mas de toda frente de expansão da fronteira agrícola em Rondônia. As péssimas condições de moradia, concentração humana desorganizada, ausência de infraestrutura sanitária e ocupação predatória da floresta determinaram a eclosão de surtos de malária em todo espaço rondoniense no final da década de 1970 até a o final da década seguinte, inclusive com mortalidade associada (KATSURAGAWA, 2008).

> O número de casos de malária em Rondônia aumentou então de alguns milhares para mais de 300 mil ao ano no final da década de 1980, para uma população que havia crescido explosivamente de

> quase 100 mil para 1.300 mil habitantes (...). Assim Rondônia recebeu, na época, o título de "capital mundial da malária".
>
> Ao final da década de 1980, a incidência parasitária anual (IPA) = número de casos de malária por mil habitantes em Rondônia era de 128/1.000 (...) e o Estado registrava quase a metade dos casos do país (KATSURAGAWA, 1998, pp. 115-16).

A maior incidência de Malária em Rondônia ocorreu em 1988, com 278.408 casos, quando a população era de 1.019.200 habitantes (IPA 271 casos/1000 habitantes). 50% de todos os casos de Malária registrados no país estavam concentrados em Rondônia. Os colonos que chegavam a Rondônia, vindos das regiões onde a incidência de malária era praticamente inexistente não tinham imunidade à doença e desconheciam as formas de prevenção.

Estes fatores, associados às características climáticas e de temperaturas, abundância de chuvas e degradação ambiental, garantiram condições propícias para o aumento dos casos de malária naquele período (BRITO, 2003, p. 13). **“Em Ariquemes todo mundo voltava com malária, porque lá se passasse de avião pegava malária” (**SOUZA, 2016). Conforme os relatos, Ariquemes foi o local onde houve a maior epidemia de malária durante a colonização, mas Rolim de Moura, não ficou muito atrás.

Os entrevistados explicam que os cacaieiros não pararam em Rolim de Moura, seguiram criando novas rotas em busca das terras devolutas, continuando a picada a partir da linha 25 de agosto (RO 010) formando Nova Brasilândia D´oeste e Novo Horizonte D´oeste: “A 25 não parou! O pessoal foi abrindo ela e demarcando terra até sem ordem do INCRA” (SOUZA, 2016). “Foram abrindo linha e depois, eles mesmo iam medindo lá do jeito deles, e foram entrando e o INCRA era obrigado a cortar. Entrar atrás e cortar” (GENEROSO, 2017). Essas novas rotas deram origem a novos núcleos urbanos ao longo das estradas, formando novas áreas de fronteira.

4.2 A fábrica de viúvas

Durante o processo de colonização e ocupação da região, os cacaieiros ao estabelecerem-se em seus lotes - isso para aqueles que conseguiram um lote - tiveram na comercialização da madeira sua primeira fonte de renda. Existia uma enorme pressão de órgãos como o INCRA para que o camponês derrubasse parte de seus lotes, pois havia enorme interesse na exploração da madeira para fins de exportação. Madeiras nobres como o mogno, cedro, cerejeira, perobas, entre outras

eram abundantes na região. Entre o final da década de 1970 até o ano de 1985, várias empresas estrangeiras atuavam na região.

Conforme Souza, (2006), muitos dos que conseguiram a terra nos projetos de colonização do INCRA tiveram seus sonhos transformados em pesadelos. Além da malária que matava milhares de trabalhadores em decorrência da falta de assistência à saúde, falta de estradas, existia a necessidade desenfreada em derrubar a floresta e comercializar a madeira.

A madeira retirada pelos camponeses assentados na região de Rolim de Moura foi trocada pela abertura de carreadores construídos pelas madeireiras, em sua maioria, empresas estrangeiras, que enriqueceram ainda mais, ajudadas pelo INCRA ao exigir dos camponeses o desmatamento imediato à posse da terra (DAL MASO, 1990, p.135-136). Conforme Souza, (2006, p, 144), no município de Rolim de Moura entre 1980 e 1985 havia várias empresas estrangeiras atuando na extração de madeira, como a Brasforest, Sthil e Grupo Dínamo. Essas empresas dominavam o setor madeireiro na região e exportavam madeira para os Estados Unidos, Europa e Ásia. Havia também pequenas madeireiras de aventureiros oriundos de várias partes do país que também conseguiram lucrar com a exploração da madeira: “Em Rolim no começo tinha 110 serrarias. Meu menino comprou um caminhão (...) só com o dinheiro do mogno”. (Manoel Feliz Moreira in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p.130)

A atividade madeireira em Rondônia nesse período tem relação entre capital internacional (empresas madeireiras) e do Banco Mundial nas políticas de desflorestamento, além de se apropriarem indevidamente de extensas áreas de terras (PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992, p.77).

Os camponeses entregavam a madeira dos lotes a preços irrisórios em troca de pontes, carreadores e madeira serrada para construção de casas. “Muitos foram obrigados a vender suas terras aos latifundiários devido à falta de assistência a saúde, estradas, créditos agrícolas, falta de condições de escoamento da produção e inflação galopante dos produtos industrializados” (SOUZA, 2006, p. 144)

Descrição: uma das centenas de serrarias estabelecidas em Rolim de Moura no início dos anos de 1980. Fonte:http://www.afotorm.com.br/html/arquivo acesso em outubro de 2017.

Houve no período um grande fluxo de pessoas na região, sendo algo em torno de 100 mil pessoas, que buscavam trabalho na exploração da madeira. Para facilitar as derrubadas, empresas em parcerias com as madeireiras passaram a facilitar o financiamento de motosserras, fato que acelerou o processo de devastação da floresta, mas ao mesmo tempo propiciava aos colonos uma renda que era investida em seus lotes, como no plantio do café e pastagens. Muitas pessoas lucraram com a madeira, mas a maioria dos colonos só ficaria com o ônus dessa exploração.

> No começo mesmo não tinha jeito de explorar a madeira. Não tinha estrada. Depois foi coisa de louco. Saiu muita madeira daqui. Muita gente ganhou dinheiro e muita gente deixou de ganhar. O pessoal fazia derrubada. Ai vinha um mais esperto e tirava as toras. Teve um cara de Cacoal que levou muita aroeira daqui. Ninguém se preocupava, ele vinha, tava derrubado e largado. (FIDELIS, Entrevista à Revista Ideias & Fatos em 25 de janeiro de 1998)

Outro fator importante é a relação do cacaieiro com esse período da madeira. Além de garantir sua primeira fonte de renda que sua terra lhe proporcionou, facilitou também a escoação de sua produção. Com a exploração da madeira, deixa de existir apenas as velhas picadas, e surgem as estradas. Estradas essas mesmo em péssimas condições facilitavam o transporte de alimentos, as visitas dos familiares e as áreas urbanas da região.

Se por um lado o período madeireiro colaborou para desenvolver a região, e “facilitar” a vida dos colonos, por outro, acidentes e mortes pairavam no ar. Muitos

cacaieiros utilizavam a expressão "**fábrica de viúvas**" ao se referirem ao motosserra, pois a falta de experiência no manuseio da serra e no corte de madeira em meio à selva ocasionava inúmeros acidentes. Ao serem indagados sobre esses acidentes na extração da madeira os cacaieiros relataram como isso ocorria, sendo um dos maiores fatores que levaram a morte de dezenas de trabalhadores.

> Tinha muitas mortes com a derrabada de mato. E foi uma época que saiu um financiamento pra motosserra. Então os parceleiro que queria, conseguia fazer o financiamento de uma motosserra 08. Então muitas pessoas que veio do Paraná, do Espirito Santo, do Mato Grosso, de Minas, que não tinha conhecimento do trabalho da derrubada, não tinha conhecimento da motosserra, e entrava meio desaprevenido no mato e se acidentava. Então teve muitas e muitas mortes com acidente de motosserra, com pau que caia sobre as pessoas. (SOUZA, 2016)
>
> **Morreu**! **Morreu muita gente**! Ali do motosserra, acidente com motosserra. Eu mesmo caiu pau, galho em mim que eu tontiei ia caindo e levantei. (SILVA, 2016)
>
> **Fábrica de viúva**! Eles falavam que motosserra era fábrica de viúva. Eu mesmo perdi vários amigos meus com acidente de motosserra. Derrubada. (SOUZA, 2016)

Mesmo com o risco de acidentes as derrubadas eram feitas pelos próprios colonos que, com a ajuda de vizinhos e familiares, derrubavam e vendiam a madeira.

> Foi eu mesmo que derrubei. As vezes entre vizinhos trocava dia de serviço. Por que pagar ninguém podia, por que todo mundo era mais ou menos de um nível só né, todos sem dinheiro, fraco financeiramente. Depois que foi desenvolvendo, e começou a chegar as madeireiras, ai muitas propriedades tinham bastante madeira né, ai ia vendendo as madeira. (SOUZA, 2016)
>
> Sim nóis que derrubamo nosso lote. Eu e meus irmão e vizinhos. Um ajudava o outro. (GOMES, 2016)
>
> Eu e minha mulher que derrubemo o mato. Meus filhos ainda eram pequenos. (SILVA, 2016)
>
> Foi eu e minha família. Mas também tinha ajuda dos vizinhos, do Elizeu que era vizinho de sítio. (GENEROSO, 2017)

Descrição: Martin Klein Trabalho na derrubada da floresta com o motosserra – 1982 (acervo pessoal)

Descrição: Colono preparando a madeira para sua venda para as madeireiras-1981. (acervo pessoal)

Como já nos referimos, existia uma pressão do INCRA para as derrubadas, pois aquele colono que não derrubasse corria o risco de perder as suas terras. Ao chegar aos seus lotes depois de uma longa jornada nas trilhas, a primeira coisa que o camponês tinha de fazer era a derrubada, pois, "**quem derrubasse o pau era dono do toco**" (SILVA, 2016). Ou seja, havia a necessidade inicial de derrubar para demarcar.

> Primeiro a gente teve que fazer um barraquinho pra gente parar, fazer uma cobertura com palha de coqueiro e uma loninha. E depois a gente fazia a marcação, pra poder marcar pra outras pessoa vê que aquele sítio tinha dono. Então a gente ia nos marco e limpava assim, fazia uma roçadinha, derrubava uns pau, pra demarcar a área. (SOUZA, 2016)

Há relatos de muitos colonos que perderam lotes devido a não derrubada do mato e da simples construção de um barraco. Normalmente o INCRA repassava essas terras a outros colonos, mas na maioria das vezes ocorria a grilagem das terras.

4.3. Os cacaios chegam a Rolim de Moura: cotidiano, lazer e violência

Nas entrevistas perguntamos sobre o que viram pela primeira vez que chegaram à Rolim de Moura. Buscaremos descrever o que havia no local, a partir dos relatos:

> Onde é a cidade? Não tinha nada só mato! Quando cheguei ali, era só uma picada. Depois da linha 200 até onde ficava meu lote na 180 era só mato, não havia mais ninguém. (GENEROSO, 2017)

> No primeiro dia, primeira vez que a gente veio, a gente chegou em Rolim de moura, onde hoje é a cidade, eram umas 7 horas da noite do segundo dia da viagem. Tinha só um barraquinho, uma aberturazinha assim mais ou menos de uns 50 metros quadrados, desmatado, e tinha um ranchinho. Cercado com lasca né, com madeira do mato, coberto com tabuinha do mato. E era do seu Ataliba Fidelis. É hoje onde e a Farmácia Biofórmula. Dormimos nesse barraquinho aí. (SOUZA, 2016)

> Rolim de Moura não existia, só tinha a área reservada para o futuro patrimônio, que levou dois anos para começar a surgir as primeiras casas, em 1978. (KLEIN, 2017)

Não havia no local nada além se um simples barraco de madeira e uma pequena derrubada da floresta a sua volta. Perguntamos se era o Sr. Ataliba quem acolhia as pessoas. O entrevistado explicou que nessa época ele tinha esse barraco, onde agora é Farmácia Biofórmula, apenas para demarcar o lote urbano. “É... Não nessa época ele não morava ali, ele só tinha a demarcação dele. Nessa época ele morava lá no rio Bambu, em frente a 196, onde é a Pamonharia Bambu. Era um ponto de apoio”.

> Ai a gente dormiu ali no barraco dele em Rolim. Ai no outro dia viemos pro sitio do Dito pra descansar... descansar um dia pra no outro dia acabar de chegar no sitio que era nosso. O sítio do Dito ficava na sub esquina na 180 com a linha 25 e o nosso na linha 176 do km 2,5 ao 3. (SOUZA, 2016)

Descrição: casa do senhor Ataliba. Primeiro comercio da cidade, 1976.
Fonte:http://www.afotorm.com.br/ acesso em outubro de 2017

O senhor Ataliba era casado com uma senhora chamada Dona Marta. Mulher corajosa e disposta que cozinhava para batalhões de homens famintos. Eles recebiam a todos, serviam comida, deixavam que amarrassem suas redes, etc. Em pouco tempo começou a vender comida, bebida e mudou-se para o núcleo urbano onde montou um pequeno bar e restaurante. O Sr. Durvalino também fez o mesmo, pouco tempo depois. Eram dois estabelecimentos comerciais que muito serviram aos Cacaieiros e demais colonizadores que vieram em seus rastros.

Perguntamos: Além do bar do Ataliba, o que mais tinha?

> Não tinha nada. Foi surgindo a Sede do INCRA do outro lado do rio da Anta. Ai depois quando a estrada chegou até ali no anta, ai chegou os moradores, ai veio muita construção de barraca de lona berando o rio anta, pro lado de lá do rio anta, muito barraco de lona, boteco, mesa de sinuca, muito boteco. No início de 1978. (GENEROSO, 2017)

Junto com os Cacaieiros vieram os vendedores de cachaça. Como disseram os entrevistados, muitos botecos foram instalados. “No final de 78 já tinha o bar de um paraguaio chamado Sambu. Tinha baile todo sábado, feriado, todo sábado e domingo. Eu era muito jovem, morava no sítio e no final da semana vinha pra cidade, dançar. Isso era em 1978, ainda estava só eu e meu pai” (SOUZA, 2016).

Esse bar ficava onde se localiza hoje a loja Falcão e funcionou por vários anos trazendo diversão às centenas de jovens. A cachaça era o antídoto para a tristeza, o sofrimento ou a alegria. Conforme Câmara Cascudo (1986, p. 21), exaltada desde o século XVI a cachaça é a“água-da-vida, eau-de-vie, remédio para todos dos males, solução universal, proclamada panaceia. Ainda hoje a cachaça “serve para tudo e mais alguma coisa”, aquece, refresca, consola, alimenta, alegra, revigora”. Havia também bastante prostituição, já que havia muitos homens sozinhos. (SILVA, 2016); (SOUZA, 2016); (GOMES, 2016). *“*Tinha bastante prostituição. Tinhas uns bares que tinha, mas já em 80. Em 79 por aí que começou bastante” (SOUZA, 2016). Nos depoimentos sobre prostituição os entrevistados, meio constrangidos, apontaram o Ranchão, o famoso Bar da Eva, que por muito tempo foi o principal restaurante e bar da cidade.

Outra diversão dos Cacaieiros no povoado era o futebol. Um campinho de terra foi improvisado e logo já havia o primeiro time de Rolim de Moura, o Clube Atlético Mandaguari, fundado por João Batista Lopes e Francisco Ferreira Moreira, funcionário do INCRA à época.

> Pra se divertir em 79 ai já tinha um futebolzinho nos campinho de terra... tinha o primeiro campinho que a gente brincava de bola onde hoje é o posto Modelo hoje ao lado da igreja matriz. Depois mudou lá para onde hoje é o hospital Bom Jesus. Então a gente jogava bola. Primeiro fizemos só uma peladinha porque não tinha nem outro time pra gente marcar jogo. Depois foi fundado pelo Joao Batista Lopes e o Moreira do Incra, o time clube atlético Mandaguari. Aí fundaram o time, aí com pouco tempo já tinha mais time, porque a cidade desenvolveu muito rápido, né. (SOUZA, 2016)

> E o primeiro clube aqui foi eu que fundei e tomei conta 20 anos. [...] fundei em 09 de setembro de 1979. Juntou a turma, vamos fazer um timinho de futebol. E a gente jogava ali na frente ali da igreja, o campinho era ali, em frente ali, era o campinho nosso ali. Depois o campo nosso foi ali na escola Candido Portinari, ali foi nosso campo um tempão, aí depois que o Teixeirão (Governador Jorge Teixeira de Oliveira) falou assim: vai fazer um time de futebol lá e deu aquela área pra nós ali. (LOPES, 2016).

Posteriormente surgiram vários times de futebol amador nas linhas vicinais e no próprio núcleo urbano.

Além do futebol, com o tempo surgiram bailes nos bares que reunia muita gente. Isso ainda sem energia elétrica, a não ser os raros geradores a combustível

na época. Com o desenvolvimento rápido do núcleo urbano, surge um pequeno cinema, lojas e uma diversidade maior de espaços de lazer, assim como o conforto com a chegada da energia elétrica.

Rolim de Moura surge com o protagonismo da juventude. Muitos desses cacaieiros eram jovens que se aventuraram com a família para Rondônia. As buscas pela diversão muitas vezes levavam a conflitos e confusões. As novas fronteiras sempre são locais de conflitos, pois como os próprios cacaieiros relatam **"chegava muita gente, muito tipo de pessoas, então sempre dava confusãozinha, mas até que não foi tão violento como se diz não" (**SOUZA, 2016).

Era comum todos andarem armados **"todo mundo andava armado. E tiro a noite, no meio na rua, isso era normal, ouvir tiro ninguém mais se assustava".** (GOMES, 2016). O uso das armas para enfrentar as adversidades da floresta, para a caça, mas também para a própria proteção. Havia rixas em bares, briga por mulheres e os casos mais graves que ocorriam mortes, que na maioria das vezes eram por conflitos envolvendo a posse da terra, grilagem e demarcações.

No entanto, o hábito de andar armado passava a segurança necessária para que ocorresse diversão, mas de uma forma que os sujeitos pudessem se proteger de possíveis confusões. Ao perguntarmos sobre a violência os cacaieiros relataram que era normal e que **"não foi tão violento não. Até que foi poucas mortes [...] Pelo tanto de brigas que saia, foram poucas mortes "** (SILVA, 2016). As brigas e confusões se passavam nos ambientes onde tinha muito uso de bebidas alcoólicas. Segundo SOUZA (2016), os cacaieiros **"tinham muita confusãozinha, muita cachaçada, muito peão, muitas pessoas de vários estados, pouca mulher e muito homem, para eles nada que fosse anormal".**

Podemos afirmar que nesse período ocorria o que Hobsbawn conceitua como banditismo, que na sua visão não é um fenômeno social que envolve indivíduos a margem do Estado e das elites dominantes, mas com representações híbridas, com valores culturais que permeiam determinadas práticas inerentes aos sujeitos ali estabelecidos, "que muitas vezes são vistos como heróis, justiceiros, líderes, ou seja, homens a serem admirados, ajudados, apoiados e muitas vezes temidos" (HOBSBAWN, 1969).

No contexto de colonização de novas fronteiras o banditismo se torna uma prática que une o campo e a cidade, os problemas relacionados à luta pela terra

como a grilagem, demarcações, o espaço político e as intrigas pessoais, levando determinados sujeitos a exercerem um poder paralelo, fora do Estado, com poder de polícia, fazendo “justiça” com as próprias mãos. Na região da Zona da mata de Rondônia, existem vários relatos dessas práticas principalmente exercidos por latifundiários com grande influência política e econômica, formando verdadeiros currais de influências, onde muitas vezes a violência era exercida de diversas formas. Havia também famílias que eram temidas como famosos irmãos Arapongas em Rolim de Moura. “Dos pioneiros mais velhos o mais bravo deles eu conheci lá de Cacoal, os Araponga”, relata o sr. Geraldo Paulo Filho. “Eram em três irmãos, todos também cacaieiros, tinham terras próximo a linha 172, e eram temidos na comunidade devido à violência que se utilizavam para resolver qualquer tipo conflito.

Um dos cacaieiros entrevistados nos relata que eles “eram meio bandoleiro né, meio bravo, gostavam de fazer arruaça, fazer tiroteio pra cima, prevalecido com os outros, ne” (SOUZA, 2016), criavam um clima de medo e ao mesmo tempo de respeito. Dois dos irmãos Arapongas morreram em um confronto com a polícia, “e daí acabou a fama. Morreu dois irmãos”. Perguntamos os motivos que levaram ao confronto com a polícia:

> Não sei certinho a razão, eu não sei não. Porque eles sempre tavam fazendo bagunça, sempre tavam fazendo tiroteio. Onde eles chegavam o pessoal saia de perto, tinha medo deles, todo mundo tinha medo deles. Então eles prevalecia. Agora porque a polícia confrontou com eles a gente não sabe, o motivo certo, mas deve ser desse motivo mesmo deles fazer muita bagunça. (SOUZA, 2016)

Além dos irmãos Arapongas existem vários relatos sobre a violência na cidade, reflexo da disputa pela posse da terra e da junção de culturas e interesses que geram conflitos entre os sujeitos.

4.4 As Mulheres cacaieiras

Como foi participação das mulheres nesse processo? Os entrevistados disseram que havia mulheres cacaieiras. Vinham com seus maridos, às vezes com crianças pequenas, sozinhas, trazendo o necessário para sobreviver na floresta.

> Vinha mulher, muita mulher, já vinha com a mudança nas costas, mulher e filho, as panela, tudo... já ficava de vez no sítio. Muitos e muitos, no caso do Dito, do Zé Capixaba... eles foram os primeiros morador de Rolim de Moura. Então eles já vinham e já traziam a mulher, filhos, tudinho. Também tem a dona Lindalva, que era vizinha

> de sítio nossa lá da linha 176. O Luiz preto, que é Luiz Geraldo de Souza, mais era conhecido como Luiz Preto, ele e a dona Luiza. Tinha os capixaba lá, a família do seu Altidenis, que era acho que 11 filhos que ele tinha, todos eles era parceleiro, todos eles tinha um sítio. Era Geromel, Alicio, Altamiro, Beneir, Geneir, Beneval, tudo cacaieiro da região. (SOUZA, 2016)

> Peguemos o picadão, sobe serra, desce serra, sobe serra, sei que, antes de chegar tinha um córrego, nos acampamos, juntaram 210 homens naquele acampamento, lá no meio da mata, parecia um patrimônio, todo mundo com panelinhas cozinhando, fazendo seu fogo, aquela fumaceira, os barraquinhos! **E nesse meio não tinha uma danada de uma mulher**! Ali eu vi coragem. Só ela, sozinha, no meio de 210 homens. Ela lutou mais a turma e sem intervenção. Não tinha marido, nem filho, nem família nenhuma. Ela era de Cacoal, não sei se era largada ou viúva. Ela ganhou terra, o INCRA foi mostrar para ela essa terra, ela estava de frente assim, ela ia ganhar primeiro que os outros. (Francisco Domingos da Silva in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p. 116)

Houve sim mulheres cacaieiras, que além de carregar os cacaios ainda passavam longos dias esperando seus familiares nas jornadas com os cacaios em busca de mercadorias. Ficavam sozinhas em seus barracos esperando seus maridos.

> Mercadoria nós ia buscar em Cacoal, porque para Rolim dois anos não tinha quase nada. Quando nos mudamos para aqui, nos saiamos de a pé, na BR, por onde nos andávamos era 23km, nos voltava 2km para cá, pegava um travessão, descia mais uns 4km, pegava um que tinha no meio desse sitio aqui, saia lá embaixo. Mas quando a gente chegava ali no rio não era reto que nem está hoje, ali a gente pegava um bote descia uns 2km na agua, saia lá num carreador, anda, e saia no igarapé grande e era 3km que a gente andava. Toda a vida que ele vinha da BR aqui era de cacaio. Porque lá se fosse carregar era tudo em costa de burro, de jumento. E aqui era homem e mulher, não tinha história de ser só homem não. Quantas vezes via uma moça carregando um cacaio, para ajudar. (Isabel Vieira de Souza Silva in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p.48)

> Eu conheci o cacaio quando entrei na picada para carregar meu filho que só tinha um ano de idade. Passando por dentro de rio, correndo de bicho, com chuva, muita lama. Mas graças a deus tudo foi bom. (GENEROSO, 2017b)

As mulheres passaram grandes dificuldades durante o período cacaieiro na região. A falta de mantimentos, o difícil acesso, o medo dos animais da floresta. Muitas vezes aprendiam a caçar e utilizar armas de fogo para defender o lote enquanto seus maridos estavam nas trilhas do cacaio, assim como proteger seus filhos de ataques de onça, catetos, entre outros animais perigosos da região. O

isolamento talvez fosse o maior infortúnio para as mulheres como nos relata uma cacaieira:

> Ali quando eu abaixava assim, as vezes ficava quieta, olhava assim por debaixo, a picada a gente vê longe, aquele fiozinho dentro da mata. Eu olhava lá na divisa, vinha vindo aquela cabecinha, mexia assim eu falava: “oh benção de Deus! Vem uns cacaieiros ali pra eu conversar”. Eu não gosto de ficar sem conversa não. Torcia pra ver uma disgrama de uma mulher.
> (**Maria Oliveira dos Santos** in: SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. 2017, p. 63)

Também ocorria histórias de extrema luta como da dona Maria das Graças Torres, que mesmo sendo abandona por seu marido, colocou o cacaio nas costas e foi tomar posse de suas terras juntamente com seus filhos pequenos e familiares.

> Meu marido foi para o garimpo e disse para eu não comentar com ninguém, porque estava saindo bem, e não era para eu comentar com ninguém que com quinze dias ele estaria de volta. Mas esses quinze dias seriam muito longos. Fiquei esperando passaram quinze, vinte, trinta dias e ele não aparecia, então comecei a lavar roupa para fora para levantar um dinheiro e não ver meus filhos passarem fome. Muitas vezes meus filhos dormiam com fome. Eu continuei esperando meu esposo e passaram os meses e ele não voltava. Depois de cinco meses sem notícias do meu esposo chegou um senhor que morava perto do lote nosso e me disse: O INCRA vai dar o lote de vocês para outra pessoa, porque não mora ninguém lá. Pedi ao meu pai que me levasse lá para o lote, pois era a única coisa que tínhamos. Meu pai perguntou: você tem coragem de ir morar lá? Eu disse: “tenho coragem, pois não tem outro jeito, se eu não for não vamos perder o lote e onde eu e meus filhos vamos morar? Cheguei no lote em 1979, a cidade era longe do lote e nós fazíamos este percurso a pé e com cacaio nas costas. Fazia esse percurso no picadão sozinha correndo perigo de ser atacada por onça e outros animais. (TORRES, 2016)

Embora houvesse muitas mulheres os lotes eram distribuídos apenas aos homens. Conforme Moser (2009, p. 4), as mulheres não recebiam título da terra e nem financiamento para lavoura. A autora verificou, pesquisando em documentos primários, que não havia nome de mulheres que receberam o título de terra. Santos (2011, p. 5) também confirma que “não foi realizado nenhum projeto ou política de inclusão a mulher, dentre os projetos de PIC’s e PAD’s e nos relatórios que foram elaborados para o Governo Federal não é mencionado a existência da mulher como

sujeito ativo na colonização". Entretanto, elas estavam ativamente presentes desde a "trilha do formigueiro" até o desmatamento e plantio da lavoura nos lotes.

Eram elas que faziam fogo, cozinhavam, lavavam roupas e louças nos igarapés, geralmente com pouco sabão, em cima de troncos ou lasca de madeira, usadas como batedouro ou jirau, ou posteriormente, tirando agua de poço. As roupas de passear eram passadas com ferro à brasa. Limpavam, lavavam, iam para roça, cortavam lenha, cuidavam dos animais, entre outros afazeres do campo. Eram também elas que cuidavam dos doentes (especialmente os que adoeciam com malária ou se acidentavam) e faziam partos, já que não havia hospitais, médicos e enfermeiras. Em quase todas as linhas havia uma parteira. Era uma sobrecarga imensa de trabalho e responsabilidade. Foram as mulheres que construíram grande parte da economia de Rondônia, desde os primórdios da colonização e são pouco lembradas, como denuncia Moser (2009).

4.5. Os cacaieiros e os desdobramentos de sua saga

A partir dos anos 2000, o cacaieiro passa a ter um maior reconhecimento da população do município de Rolim de Moura. Grupos de pesquisa, imprensa, estudantes, até mesmo o poder público têm contribuído para divulgar suas memórias, valorizando-os como os verdadeiros pioneiros da região.

Durante as comemorações do aniversário de Rolim de Moura, dia 06 de agosto, celebra-se a saga dos cacaieiros. Há atualmente uma marcha em sua homenagem, onde os velhos cacaieiros e gerações posteriores juntam-se em uma caminhada pela cidade. Existe hoje um projeto de lei tramitando na câmara municipal de Rolim de Moura, onde se cria o Dia do Cacaieiro, comemorado já há alguns anos na cidade.

Descrição: Encontro no dia dos cacaieiros. 06/08/2016 (acervo pessoal)

Descrição: Sr. Belmiro Gomes nas comemorações do dia do cacaieiro em Rolim de Moura. 06/08/2016 (acervo pessoal).

Participamos dessas comemorações em 2015 e 2016, período que estávamos colhendo os dados dessa pesquisa. Foi possível identificar aqueles que se diziam cacaieiros, mas nunca o foram. Mas percebe-se a vontade de ter sido, participado do pioneirismo. Esse comportamento popular, expressa a valorização desses sujeitos, o respeito e o reconhecimento pelo seu importante papel na formação socioeconômica e cultural de Rolim de Moura. Nessas ocasiões tivemos a oportunidade de conhecer um número maior de cacaieiros, conhecer suas histórias e experiências, marcadas em seus rostos sofridos, mas orgulhosos de terem vencido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi o resultado de pesquisa sobre os camponeses migrantes denominados cacaieiros, sujeitos históricos que deixaram suas marcas no contexto da colonização dirigida em Rondônia. O estudo centrou-se especificamente do processo de colonização e migração da região da Zona da Mata rondoniense e o papel dos camponeses cacaieiros no processo de formação sociocultural do município de Rolim de Moura.

Nessa trajetória dos camponeses migrantes investigamos um fenômeno: os cacaieiros e sua inserção na luta pela terra. Para isso, buscamos compreender a questão agrária no Brasil e a estrutura do monopólio da terra. O Brasil nunca democratizou a propriedade da terra e ainda mantém uma estrutura fundiária altamente concentrada. A Questão agrária é definida pelo conjunto de problemas causados pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que se evidenciam pela intensa desigualdade social dele decorrente, da existência da luta de classes entre latifundiários e camponeses na luta pela terra e pelo poder. Na Amazônia a questão agrária toma outras proporções quando se relaciona aos mecanismos de exploração de recursos naturais e controle de território pelo capital estrangeiro.

Ao discutir o processo de colonização, migração e luta pela em Rondônia durante as décadas de 1970 a 1980, demonstramos que os projetos de colonização dirigida implantados pelos governos do regime civil-militar atraíram milhares de migrantes, especialmente camponeses sem terra, das mais diversas origens para o Território de Rondônia. Esses projetos de colonização transformaram o espaço geográfico rondoniense num palco de conflitos entre camponeses e indígenas e entre esses e os latifundiários.

O ciclo migratório impulsionado pelo processo de colonização dirigida em Rondônia estava umbilicalmente ligado ao ciclo de expansão do capital nacional e internacional. O plano agrário do regime civil-militar estava orientado para atender ao grande capital nas terras da Amazônia e beneficiar os latifundiários. Os programas e projetos de colonização se destacam pela permissão à grilagem de terras, formando os grandes latifúndios em terra pública, hoje protegidas e legalizadas pelo Programa Terra Legal.

Milhares de camponeses vieram para Rondônia em busca da “terra prometida”, mas nem todos a conquistaram. Os conflitos agrários e a violência no

campo não cessaram até os dias de hoje. O Estado de Rondônia está no topo dos índices de violência no campo. Consideramos que, desde primeiros momentos do processo de colonização a política de Estado se caracteriza como o apoio ao *agrobusiness*, isto é, a chamada modernização capitalista, que se caracteriza na atualidade como agronegócio.

Destacamos no contexto da colonização dirigida a presença dos cacaieiros como os verdadeiros pioneiros na dura tarefa de enfrentar a floresta e suas adversidades. Os cacaieiros vieram de várias regiões do país e possuíam um objetivo comum: a conquista da terra. Os cacaieiros são agentes ativos desse processo de luta pela terra e por meio de suas experiências transformaram o espaço territorial.

Além de expandir espacialmente o povoamento, criando uma zona pioneira, os cacaieiros transformaram a mata virgem numa paisagem cultural garantindo a alimentação de todos os que viviam ali, inclusive o núcleo urbano que surgiu de suas ações. Consideramos os cacaieiros como sujeitos da “frente de expansão” por se apropriarem de terras devolutas em busca de sua própria subsistência por meio da agricultura familiar que, posteriormente, arrastou comerciantes, madeireiros, pecuaristas, com uma visão mercadológica, fundamentada no lucro e na exploração da natureza e do homem, chamada de “frente pioneira”.

Buscamos registrar alguns elementos da formação histórica de Rolim de Moura a partir das memórias dos cacaieiros. Muitos são os relatos que retratam suas experiências vividas e suas culturas, mas o objetivo comum a todos era a busca de uma vida melhor com conquista da terra, com domínio de um espaço que se tornaria a amálgama de vários sonhos. A suas experiências que nos diz respeito a “sentidos, atitudes e valores, deve ser situada em seu próprio contexto material e em ambiente funcional de exploração e resistência a exploração”. (THOMPSON, p.266, 2001). São sujeitos ativos de suas próprias histórias. Nesse contexto, a ação dos cacaieiros, foi de certa forma, uma luta pela sobrevivência, para manter suas conquistas a ferro e sangue, recriando e moldando o espaço como seu.

Foram muitas as dificuldades, enfrentadas por homens e mulheres cacaieiros, caminhando na longa marcha do “formigueiro” humano que rasgava a floresta em busca de um pedaço de terra. As bolhas nos pés da caminhada de até 70 quilômetros com seus imensos cacaios sobre as costas, os atoleiros, a pouca

alimentação, os ataques de animais, os acidentes com motosserra na derrubada da floresta, as doenças tropicais, etc., não eram obstáculos para que seguissem seu corajoso e determinado objetivo de conquistar uma vida digna.

Hoje, já idosos, os cacaieiros de espalham por toda Zona da Mata de Rondônia. Alguns ainda vivendo como camponeses, outros morando nas cidades. Conhecer e registrar a história desses pioneiros se faz necessário, não como dívida histórica, mas como parte de um todo capaz de desvelar um maior conhecimento sobre nossa própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINSZTOK, J. **Cacoal-RO: a constituição de um campesinato na fronteiraagrícola da Amazônia Meridional**. *GEOgraphia*, Niterói, v. 10, n. 5, p. 7-23, 2003.

CAMELY, Nazira Correa. **A geopolítica do ambientalismo *ongueiro* na Amazônia brasileira:** um estudo sobre o Estado do Acre. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociência. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009

CARDOSO, C. F. S. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CEPAMI-RO. **Pesquisa: realidade das famílias migrantes.** Ji-Parana: CEPAMI, Fevereiro, 1980.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- **Conflitos no Campo do Brasil – 2015** - Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2015.

COY, Martin. **Desenvolvimento Regional Na Periferia Amazônica: Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "ponteira". O caso de Rondônia**. 1989. P.175. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Belém. Disponível em :http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/3778 0.pdf acesso em 25 de setembro de 2011.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da; MOSER, Lilian Maria. Os Projetos de Colonização em Rondônia. **Revista Labirinto** – Ano X, nº 14 – dezembro de 2010.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, nº 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GENEROSO, Benedito. **Entrevista concedida à Gabriel Henrique Miranda Soares**. Rolim de Moura, 2017.

GENEROSO, Mara. **Entrevista concedida à Gabriel Henrique Miranda Soares**. Rolim de Moura, 2017b.

GOMES, Belmiro Aparecido. **Entrevista concedida à Gabriel Henrique Miranda Soares.** Rolim de Moura, 2016.

HOBSBAWN, E. J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. **Bandidos.** Ed. Forense Universitária, 1969

IANNI. O. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IDEIAS & FATOS. Rolim de Moura: Gráfica Pontual, jan. 1998.

_____ . Rolim de Moura: Gráfica Pontual, fev. 1999.

_____. Rolim de Moura: Gráfica Pontual, jun/jul. 1999.

_____. Rolim de Moura: Gráfica Pontual, ago/set. 1999.

_____. Rolim de Moura: Gráfica Pontual, out/nov. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: resultados preliminares**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

JANUÁRIO, M. L. **Rolim de Moura: Uma viagem no tempo**. Rolim de Moura/RO: D´press Editora e Gráfica Ltda, 2009.

LOPES, João B. **Entrevista concedida a Elton Alves da Cunha**. Rolim de Moura, 2016

KLEIN, Martin. **Entrevista concedida a Gabriel Henrique Miranda Soares**. Rolim de Moura, 2017.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. Avan.** vol.16 Nº 45 São Paulo May/Aug. 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

LOUREIRO, B. P.. **O Plano de integração nacional de 1970 e as Rodovias a Amazônia: o caso da região amazônica na política de integração do território nacional**. São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.usp.br/fan/cursos/graduaçao/10/10- loureiro.pdf.. Acesso em 16 set. 2011.

MARQUES, N. F. **Entrevista concedida a Elton Alves da Cunha**. Rolim de Moura, 2016.

MARTINS, M. M. Colonização recente e a luta pela terra em Rondônia. In: Dossiê: cultura, resistência e sujeito. **Revista Labirinto**, v. 16, 2012.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Expropriação e Violência** (A questão política do Campo). São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; **Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999

___. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

___. **Expropriação e Violência** (A questão política do Campo). São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia** Política. Livro 1, Volume 1. São Paulo, DIFEL, 1985.

_____. **O Capital*:* crítica da Economia política***.*** São Paulo: Abril Cultural, v.3. 1983.

MARX, K & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MORAIS, Clodomir Santos de; PEREIRA, Francisco José. **Cinco Modelos de Reforma Agrária**. Santa Maria da Vitória-B: Edições IATTERMUND, 2002.

MOSER. Lilian Maria. Mulheres de Rondônia: Construção do Feminino a partir da Migração das Décadas de 1970 a 1990. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

MOSER, Lilian Maria. ERNESTO Eduardo Servo. **A migração para Rondônia (Brasil) pós década de setenta: um olhar a partir dos estudos culturais**. **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.5, n.1, p. 74-102, jan./jul. 2016

MÜLLER, Ricardo G. **Razão e utopia: Thompson e a história**. 2002. 289f. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015. Acesso em março de 2017.

_____. Os limites do novo Censo Agropecuário. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 26, p. 2-3, fev. 2010. Publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA.

___. I**ntegrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus,1988.

___. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos**. São Paulo/Campinas: Papirus, 1989.

_____. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumente. IN: **Conflitos no Campo do Brasil – 2015** - *Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2015.*

_____. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. **Observatório Geográfico da América Latina**, 2017 Disponível em http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf. Acesso em março de 2017.

_____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre** nº 22. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003..

OLIVEIRA, A.U. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos**. São Paulo: 1995.

OXFAM BRASIL. Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. **Relatório novembro de 2016**. Disponível em https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural. Acesso em Março de 2017.

_____. **Geografia e Movimentos Sociais.** Revista Perspectiva Geografia, UNIOESTE, Nº 03, 2007.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In. ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. I**ntegrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. **Migrantes amazônicos, Rondônia: trajetória da ilusão.** Edições Loyola, São Paulo, 1992.

RABELO, A. C. Sociedade Civil e Fronteira: Rondônia (1950-1960) Desenvolvimento na fronteira amazônica. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** • São Paulo, julho, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300657531_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf. Acessado em setembro de 2017.

RIBEIRO, A. F. A.; SILVA, R. G. C. Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais. ***Campo-Território: Revista de geografia agrária,*** *v. 10, n. 20, p. 180-201, jul., 2015*

SANTOS SILVA, A. G. dos; SILVA, G. M. da; SILVA, J. R. N. da. **Cacaios e sonhos: histórias dos narradores do Vale do Guaporé**. Temática Editora, 1ºed., Porto Velho, Rondônia, 2017.

SANTOS, C. **A fronteira do Guaporé**. Edufro, Porto Velho, 2001.

SANTOS, M. **O Dinheiro e o Território.** Niterói-RJ: revista GEOgraphia – Ano. 1 Nº 1, 1999.

_____. **O Trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1971.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Sebastiao E. da. **Entrevista concedida à Gabriel Henrique Miranda Soares**. Rolim de Moura, 2016.

SILVA, J.C. & SOUZA, L. F. **Na trilha do cacaio: construindo a educação na Amazônia.** Porto Velho, Rondônia: Edufro, 2003

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **História da burguesia brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, M. M. **Capitalismo, questão agrária e meio ambiente em Rondônia: O caso de Jacinópolis.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Núcleo de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2006.

_____. **Imperialismo e Educação do Campo**. Araraquara-SP: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, Irisneide. **A desordem da colonização em Rondônia: PIC Sidney Girão**. São Paulo, Brasil, 1997. 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1997.

SOUZA, Mauro Miranda de. **Entrevista concedida à Gabriel Henrique Miranda Soares**. Rolim de Moura, 2016.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da Natureza**: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1999.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. NEGRO, A.L e SILVA, S. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TORRES, Maria das Graças Torres. **Entrevista concedida à Gabriel Henrique Miranda Soares**. Rolim de Moura, 2016.